FIQUE POR DENTRO COM TODOS OS CANAIS DO HOJE EM DIA

ON-LINE
HOJEEMDIA.COM.BR
FACEBOOK.COM/JORNALHOJEEMDIA
INSTAGRAM @JORNALHOJEEMDIA
TWITTER @JORNALHOJEEMDIA
WHATSAPP — 31.98372-1031

14 SET 22

17ºC A 35ºC
SOL COM ALGUMAS NUVENS. NÃO CHOVE.

QUA
BELO HORIZONTE/MG

HOJEEMDIA.COM.BR - ANO XXXIV - Nº 12.040
ASSINATURA/RELACIONAMENTO COM O ASSINANTE: (31) 3253-2205 - HOJEEMDIA.COM.BR/ASSINE
WHATSAPP: (31) 98371-5903 - E-MAIL: ATENDIMENTO@HOJEEMDIA.COM.BR

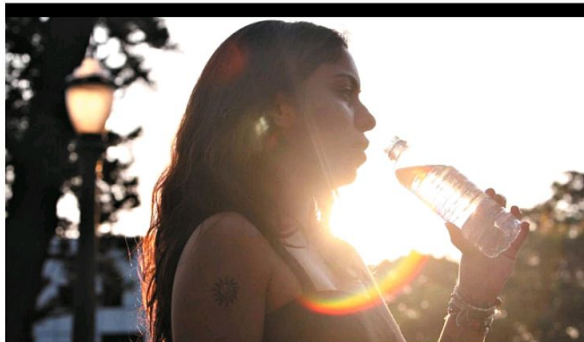
MARCELLO CASAL/AGÊNCIA BRASIL

Líder na produção de cachaça no país, Minas tem 44% dos alambiques do Brasil. Consumo da bebida no mercado interno segue em alta: subiu 18% de 2020 para 2021. HOJEEMDIA.COM.BR

NOVA REGRA DO INSS ACELERA AUXÍLIO-DOENÇA E FACILITA FRAUDE

Flexibilização das perícias dispensa trabalhador de passar por exame presencial. Mudança consta da Lei 14.441, sancionada no início do mês pelo presidente Jair Bolsonaro. Mas ao mesmo tempo em que promete reduzir a espera pelo benefício por incapacidade, abre caminho para golpes. Candidatos ao auxílio poderão apresentar laudos e atestados médicos para comprovar a incapacidade. PRIMEIRO PLANO - P.11

FERNANDO MICHEL

REAJUSTE Trabalhadores da área da saúde voltaram às ruas de BH em defesa do piso salarial da categoria. Estado de greve foi aprovado em assembleia, e paralisação será articulada na semana que vem. HOJEEMDIA.COM.BR

TSE 'DÁ BOMBA' EM 710 CANDIDATOS A DEPUTADO, E NÚMERO PODE SUBIR

Outros 552 interessados em disputar uma vaga na Câmara Federal aguardam julgamento da Corte. Quem é considerado inapto não tem habilitação para ser votado na urna eletrônica. Caso o eleitor digite a inscrição dele, o voto será nulo. Pros é o partido líder em reprovações. HOJEEMDIA.COM.BR

ESPORTES – P.18

RECONSTRUÇÃO CELESTE
Prestes a levar o Cruzeiro de volta à Primeira Divisão, o técnico Paulo Pezzolano exalta o trabalho em equipe. "Futebol é muito mais que os 90 minutos em campo, ou só os treinadores e jogadores". Confira entrevista.

MAURÍCIO VIEIRA

REVIRAVOLTAS NO CLIMA FAZEM MINAS TER PREVISÃO DE CHUVA, GEADA E CALORÃO PARA OS PRÓXIMOS DIAS. ONTEM, MÁXIMA EM BH FOI DE 33,3°C. VEJA DICAS DE MÉDICOS PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS DE TEMPERATURA.

HORIZONTES –P.15

Cerealista Nova Safra Ltda.

CNPJ nº 19.592.641/0001-00

Demonstrações Financeiras - Exercídos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Ativos/Circulantes		**75.669**	78.100
Caixa e equivalentes de caixa	4	**9.283**	15.172
Contas a receber	5	**20.573**	15.857
Estoques	6	**31.592**	30.380
Impostos a recuperar	7	**12.630**	15.944
Outros ativos		**1.591**	747
Não Circulantes		**57.869**	26.800
Partes relacionadas	8	**30.411**	–
Depósitos judiciais	14	**4.347**	3.694
IR e CS diferidos	16	**487**	–
Outros ativos		**1.698**	–
Imobilizado	9	**13.439**	14.944
Intangível	10	**3.014**	1.414
Direito de uso	11	**4.473**	6.748
Total dos ativos		**133.538**	104.900

Balanço patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Passivos/Circulantes		**67.434**	43.818
Arrendamento	11	**3.521**	2.527
Fornecedores	12	**35.955**	25.823
Partes relacionadas	8	**20.175**	–
Obrigações sociais e trabalhistas	13	**3.451**	3.757
Impostos a recolher	7	**2.935**	11.030
Outros passivos		**1.397**	681
Não circulantes		**1.695**	7.570
Arrendamento	11	**840**	4.221
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	**852**	–
Outros passivos		**3**	3.349
Patrimônio líquido		**64.409**	53.512
Capital social	15	**44.190**	44.190
Reservas de lucros		**20.219**	9.322
Total dos passivos e patrimônio líquido		**133.538**	104.900

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	44.190	22.152	–	66.342
Lucro líquido do exercício	–	–	24.264	24.264
Lucros a pagar e juros sobre capital próprio	–	(31.235)	(5.859)	(37.094)
Reserva de lucros	–	18.405	(18.405)	–
Saldo em 31/12/2020	44.190	9.322	–	53.512
Lucro líquido do exercício	–	–	**10.897**	**10.897**
Reserva de lucros	–	**10.897**	**(10.897)**	–
Saldo em 31/12/2021	**44.190**	**20.219**	–	**64.409**

Demonstração do resultado	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida de venda de mercadorias e serviços prestados	17	**411.047**	347.600
Custo das mercadorias revendidas	18	**(324.348)**	(278.769)
Lucro bruto		**86.699**	68.831
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	18	**(34.458)**	(7.978)
Despesas gerais e administrativas	18	**(37.727)**	(41.331)
Outras receitas operacionais líquidas	19	**4.497**	8.794
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**19.011**	28.316
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	**2.116**	9.213
Despesas financeiras	20	**(2.175)**	(1.306)
Lucro antes do IR e da CS		**18.952**	36.223
IR e CS: Corrente	16	**(8.542)**	(11.959)
Diferido	16	**487**	–
Lucro líquido do exercício		**10.897**	24.264

Demonstração do resultado abrangente	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	**10.897**	24.264
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**10.897**	24.264

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**10.897**	24.264
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**4.338**	4.182
Resultado na alienação de ativo imobilizado	**55**	181
Adições e baixas de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**216**	1.492
Provisão (reversão) para realização de estoques	**229**	–
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**852**	–
Juros e variações cambiais	**666**	344
IR e CS diferidos	**(487)**	–
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	**(4.932)**	(1.378)
Estoques de mercadorias	**(1.441)**	6.866
Impostos a recuperar	**3.314**	(15.944)
Contas a receber com partes relacionadas	**(5)**	–
Depósitos judiciais	**(653)**	–
Outros créditos	**(2.537)**	(335)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	**10.132**	(1.002)
Fornecedores intercompanhia	**20.175**	–
Obrigações trabalhistas	**(305)**	(1)
Impostos a recolher	**5.336**	12.500
Outras contas a pagar	**(2.631)**	3.412
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**43.219**	34.581
IR e CS pagos	**(13.431)**	(4.718)
Juros e variações cambiais pagos	**(666)**	(344)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**29.122**	29.519
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	**(30.411)**	–
Aquisição de imobilizado e intangível	**(2.073)**	(1.958)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(32.484)**	(1.958)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento mercantil	**(2.527)**	(2.304)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	–	(37.183)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(2.527)**	(39.487)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(5.889)**	(11.926)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**15.172**	27.098
No fim do exercício	**9.283**	15.172
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(5.889)**	(11.926)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Cerealista Nova Safra Ltda. ("Empresa"), com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade empresária limitada, tendo como objeto social o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com início de atividade em 16/05/1984. Em 03/01/2021 o controle da Empresa foi adquirido pela controladora OESA Comércio e Representações S.A. Companhia pertencente ao Grupo Delly's Food Service. Impactos da COVID-19: Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia global provocada pelo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos relevantes na economia global como também no comportamento humano em todo o mundo. No Brasil, onde a Empresa mantém suas operações, a pandemia desencadeou importantes ações governamentais, das entidades privadas e do terceiro setor, para mitigar os efeitos desta pandemia na saúde da população e para amenizar os impactos econômicos negativos com esta mudança no cotidiano das pessoas e das empresas. Em 2022, continuamos atravessando um dos cenários mais desafiadores para toda sociedade no Brasil e ao redor do mundo, porém, ponderado pela expectativa de um futuro mais promissor contando com a retomada da economia e do mercado de FoodService, com base no programa massivo de vacinação da população mundial contra a Covid-19 e pela retomada da mobilidade da população que está se aproximando aos patamares pré-pandemia, já no início de 2022. Com isso, seguiremos investindo na expansão dos negócios da Delly's através da expansão da equipe de vendas para aumentar nossa participação de mercado e para explorar novos mercados, com a ambição de aumentar nossa base de clientes e cobertura geográfica (meta de atingir 4000 cidades no Brasil até o final de 2022). Para suportar o crescimento projetado, planejamos a expansão das operações para o atendimento da demanda projetada através do aumento dos armazéns e logística contratada. Além disso, investiremos em um programa de transformação digital que disponibilizará um novo canal de atendimento e vendas aos clientes atuais e novos clientes que serão adquiridos através do nosso site. *Análise dos riscos e medidas:* A Empresa adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: (i) em fevereiro de 2020, a instituição de um comitê de combate à crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias assertivas e tempestividade na tomada de decisões; (ii) adoções de políticas de gerenciamento e captação de recursos; (iii) constante contato com clientes e fornecedores para garantir um fluxo de caixa adequado às operações; (iv) instituição do trabalho a distância (*home office*) para os colaboradores da área administrativa-financeira-contábil-comercial, que representam aproximadamente 50% dos seus colaboradores; (v) rigoroso controle de acesso e implementação de um conjunto de medidas de segurança visando a redução do risco de contágio dos seus colaboradores. Dentre os diversos riscos aos quais a Empresa pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível. a) *Continuidade operacional*: A pandemia contribuiu significativamente para a desaceleração da atividade econômica no Brasil, com tendência de queda no consumo e aumento do desemprego. Além disso, a disseminação da doença trouxe consequências como: (i) o risco de desabastecimento; (ii) risco de crédito e disponibilidade de recursos para financiar as operações, com possibilidade de aumento nas taxas de juros; (iii) possíveis dificuldades financeiras de clientes e fornecedores. A Empresa está atenta às adversidades, tomando ações para reduzir os riscos e amenizar os efeitos da pandemia. A Administração revisou e atualizou seu plano de negócio para os próximos períodos e, considerando as premissas observáveis até o momento, não identificou elementos que possam causar riscos de continuidade operacional. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. b) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros*: No período findo em 31/12/2021, a Empresa avaliou sua carteira de recebíveis e não identificou evidências que pudessem impactar sua estimativa de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Dessa forma, o montante da provisão para perda reconhecida de R$99 reflete de maneira adequada a melhor estimativa de perda esperada pela Empresa na data de divulgação. c) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível*: A Empresa revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável os seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2020, bem como eventos ocorridos até 31/12/2021, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado. Realização dos estoques: Durante o momento mais crítico da pandemia, adequamos nossos níveis de estoques para atender as demandas de nossos clientes. Em 31/12/2021 os níveis dos estoques estão normalizados. Conclusão: Mediante todas as ações implementadas para mitigar os efeitos da pandemia nos negócios da Empresa, a revisão do plano de negócio, o monitoramento contínuo da situação da pandemia no Brasil e a manutenção das medidas de contenção de gastos, a Empresa encontra-se diligente e segura da sua continuidade operacional e que os valores dos seus ativos estão adequadamente mensurados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Empresa. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e imposto de renda e contribuição social diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíves em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.3. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Empresa revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31/12/2021 e de 2020. As vidas útes estimadas são apresentadas a seguir:

Classe de imobilizado	Vida útil
Edificações	4% a.a.
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 10% a.a.
Veículos	20% a 25% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a 20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a 20% a.a.
Equipamentos de informática	10% a 20% a.a.

3.6. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"): Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. **3.7. Ativos financeiros:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria os recebíves que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O contas a receber da Empresa é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.8. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Empresa são classificados nas seguintes categorias: Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - parte relacionadas empréstimos e financiamentos da Empresa são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.9. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Empresa que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Empresa aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.12. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. Venda de mercadorias: As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Empresa deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Empresa são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. Prestação de serviços: A receita de serviços, relativo à prestação de cursos de gastronomia, é reconhecida no dia em que o curso é ministrado, sendo que os cursos possuem uma durabilidade de 1 dia e o valor do mesmo deve ser liquidado no dia da aula e à vista. Durante a Pandemia em virtude da Covid-19 os cursos foram on-line. Receita de juros: Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.13. Arrendamentos:** A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Empresa como arrendatário: A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.14. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Empresa é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.15. Incentivos fiscais:** A Empresa possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitam, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Empresa. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que à Empresa não possui empréstimos contratados. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Empresa. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário): A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Empresa possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Empresa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Empresa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Empresa incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Empresa tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Empresa se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Empresa normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro,

são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:* A Empresa utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Empresa. A Empresa revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na Nota 5. *Tributos:* Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 16. *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/21**	**31/12/20**
Caixa	**516**	1.075
Bancos - Conta movimento	**2.304**	1.544
Aplicações de liquidez imediata (a)	**6.463**	12.553
	9.283	15.172

(a) Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Empresa possui o direito de resgate imediato. **5. Contas a receber:**

	31/12/21	**31/12/20**
Clientes - Mercado interno	**20.672**	15.857
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(99)**	–
	20.573	15.857

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	31/12/21	**31/12/20**
A vencer	**18.725**	15.031
Vencidos de 0 a 30 dias	**1.586**	787
Vencidos de 31 a 60 dias	**136**	22
Vencidos de 61 a 90 dias	**123**	11
Vencidos há mais de 90 dias	**102**	6
	20.672	15.857

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

	31/12/21	**31/12/20**
Saldo inicial	–	–
Adições	**(441)**	(1.492)
Reversões	**225**	–
Baixas	**117**	1.492
Saldo final	**(99)**	–

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente à provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perdas históricas sobre o valor do faturamento. A Empresa monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. **6. Estoques:** A composição dos estoques está demonstrada a seguir.

	31/12/21	**31/12/20**
Estoque de mercadorias para revenda	**31.821**	30.380
Provisão para realização de estoques	**(229)**	–
	31.592	30.380

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	31/12/21
Saldo no início do exercício	–
Constituição de provisão	**(1.361)**
Reversão de provisão	**1.132**
Saldo no final do exercício	**(229)**

7. Impostos a recuperar e recolher:

Impostos a recuperar:	**31/12/21**	**31/12/20**
ICMS a recuperar	**1.498**	–
PIS/COFINS a recuperar	**10.506**	15.944
IRPJ e CSLL a recuperar	**441**	–
Outros impostos a recuperar	**185**	–
	12.630	15.944

Impostos a recolher:	**31/12/21**	**31/12/20**
ICMS a recolher	**871**	1.500
PIS/COFINS a recolher	–	849
IRPJ e CSLL a recolher	**2.043**	8.637
Outros impostos a recolher	**21**	44
	2.935	11.030

8. Partes relacionadas: Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

Ativo/Ativo circulante:	**31/12/21**
Contas a receber com partes relacionadas:	
Congebras Alimentos S.A. (a)	**5**
	5
Ativo não circulante: Contas a receber com partes relacionadas:	
Oesa Comércio e Representações S.A. (b)	**30.411**
	30.411
Passivo/Passivo circulante:	**31/12/21**
Contas a pagar com partes relacionadas:	
Congebras Alimentos S.A. (a)	**19.908**
MGLOG Transportes Rodoviários e Logísticas Ltda. (c)	**196**
Imperial Importação e Exportação Ltda. (a)	**71**
	20.175
Resultado: Resultado operacional:	**31/12/21**
Congebras Alimentos S.A. (a)	**(1.488)**
Imperial Importação e Exportação Ltda. (a)	**(422)**
MGLOG Transportes Rodoviários e Logística Ltda. (c)	**(25.747)**
Oesa Comércio e Representação S.A. (a)	**(99)**
Efeito no resultado	**(27.756)**

(a) Refere-se à compra e venda de mercadorias da controladora da Empresa. (b) Referente a mútuo com sua controladora da Empresa. (c) Refere-se a serviços de transportes de alimentos efetuados pela MGLOG Transportes Rodoviários e Logístico Ltda.

9. Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação	**Custo de aquisição**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 31/12/21**	**Líquido 31/12/20**
Edificações	**4% a.a.**	**8.274**	**(1.933)**	**6.341**	6.652
Benfeitorias em bens locados	**4% a.a.**	**2.338**	**(492)**	**1.846**	1.927
Veículos	**20% a 25% a.a.**	**3.430**	**(3.072)**	**358**	549
Máquinas e equipamentos	**10% a 20% a.a.**	**3.247**	**(2.508)**	**739**	891
Móveis e utensílios	**10% a 20% a.a.**	**8.298**	**(4.512)**	**3.786**	4.566
Equipamentos de informática	**10% a 20% a.a.**	**2.178**	**(1.809)**	**369**	359
Total		**27.765**	**(14.326)**	**13.439**	14.944

	Taxa anual de depreciação	**Custo de aquisição**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 31/12/20**	**Líquido 31/12/19**
Edificações	**4% a.a.**	8.274	(1.622)	6.652	6.990
Benfeitorias em bens locados	**4% a.a.**	2.315	(388)	1.927	2.038
Veículos	**20% a 25% a.a.**	3.430	(2.881)	549	889
Máquinas e equipamentos	**10% a 20% a.a.**	3.194	(2.303)	891	1.118
Móveis e utensílios	**10% a 20% a.a.**	8.311	(3.745)	4.566	3.106
Equipamentos de informática	**10% a 20% a.a.**	2.043	(1.684)	359	406
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	409
Total		27.567	(12.623)	14.944	14.956

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 é como segue:

	Saldo em 31/12/20	**Movimentação: Adições**	**Depreciação**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/21**
Edificações	**6.652**	–	**(311)**	–	–	6.341
Benfeitorias em bens locados	**1.927**	–	**(104)**	**(3)**	**26**	1.846
Veículos	**549**	–	**(191)**	–	–	358
Máquinas e equipamentos	**891**	**53**	**(205)**	–	–	739
	4.566	–	**(767)**	**(49)**	**36**	3.786
Equipamentos de informática	**359**	**135**	**(122)**	**(3)**	–	369
Imobilizado em andamento	–	**62**	–	–	**(62)**	–
Total	**14.944**	**250**	**(1.700)**	**(55)**	–	13.439

	Saldo em 31/12/19	**Movimentação: Adições**	**Depreciação**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/20**
Edificações	6.990	–	**(338)**	–	–	6.652
Benfeitorias em bens locados	2.038	–	**(111)**	–	–	1.927
Veículos	889	110	**(275)**	(175)	–	549
Máquinas e equipamentos	1.118	16	**(237)**	(6)	–	891
Móveis e utensílios	3.106	4	**(665)**	–	2.121	4.566
Equipamentos de informática	406	116	**(163)**	–	–	359
Imobilizado em andamento	409	1.712	–	–	(2.121)	–
Total	14.956	1.958	**(1.789)**	(181)	–	14.944

10. Intangível:

	Taxa anual de amortização	**Custo de aquisição**	**Amortização acumulada**	**Saldo em 31/12/21**	**Saldo em 31/12/20**
Softwares	**20%**	**2.284**	**(539)**	**1.745**	39
Concessão de uso		**1.798**	**(535)**	**1.263**	1.369
Marcas e patentes	–	**6**	–	**6**	6
		4.088	**(1.074)**	**3.014**	1.414

	Taxa anual de amortização	**Custo de aquisição**	**Amortização acumulada**	**Saldo em 31/12/20**	**Saldo em 31/12/19**
Softwares	20%	458	(419)	39	53
Concessão de uso		1.798	(429)	1.369	1.444
Marcas e patentes		6	–	6	6
		2.262	(848)	1.414	1.503

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 é como segue:

	Saldo em 31/12/20	**Adições**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/21**
Softwares	39	**1.823**	**(117)**	**1.745**
Concessão de uso	1.369	–	**(106)**	**1.263**
Marcas e patentes	6	–	–	**6**
	1.414	**1.823**	**(223)**	**3.014**

	Saldo em 31/12/19	**Adições**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/20**
Softwares	53	–	(14)	39
Concessão de uso	1.444	–	(75)	1.369
Marcas e patentes	6	–	–	6
	1.503	–	(89)	1.414

11. Arrendamentos CPC 06 (R2): A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º/01/2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. a) Direito de uso: Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31/12/2021 e 2020 estão representados por aluguéis e demonstraram a seguinte movimentação:

	31/12/21	**31/12/20**
Saldo em 31 de dezembro	**6.748**	7.945
Adições	**140**	1.107
Amortização	**(2.415)**	(2.304)
Saldo em 31 de dezembro	**4.473**	6.748

b) Arrendamentos a pagar: Os saldos de arrendamentos a pagar em 31/12/2021 e 2020 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

	31/12/21	**31/12/20**
Saldo em 31 de dezembro	**6.748**	7.945
Adições	**140**	1.107
Pagamento de principal	**(2.527)**	(2.304)
Pagamento de juros	**(367)**	(296)
Juros incorridos	**367**	296
Saldo em 31 de dezembro	**4.361**	6.748
Circulante	**3.521**	2.527
Não circulante	**840**	4.221
	4.361	6.748

Os saldos têm vencimento conforme segue:	**31/12/21**	**31/12/20**
2021	–	2.554
2022	**2.519**	2.423
2023	**381**	366
2024	**445**	428
2025	**1.016**	977
	4.361	6.748

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 2 a 25 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 2 meses pela Empresa. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. c) Efeito resultado: De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, existe um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução de R$ 119 (R$ 976 de redução em 2020), em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. **12. Fornecedores:** O saldo é composto por fornecedores nacionais e correspondem principalmente a mercadorias adquiridas para revenda. Os fornecedores estrangeiros são decorrentes de operações de importação de mercadorias para revenda.

	31/12/21	**31/12/20**
Fornecedores mercado interno	**32.373**	25.752
Fornecedores mercado externo	**3.582**	71
	35.955	25.823

13. Obrigações sociais e trabalhistas:	**31/12/21**	**31/12/20**
Salários e ordenados a pagar	**567**	740
Provisão de bônus e gratificações	**84**	–
Férias e encargos	**2.079**	2.205
INSS a recolher	**420**	545
FGTS a recolher	**121**	154
IRRF a recolher	**180**	113
Total	**3.451**	3.757

14. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Empresa é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração entende que a provisão constituída de R$ 852 é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

	31/12/21
Cível	**2**
Trabalhista	**850**
Saldo final	**852**

A movimentação das provisões dos riscos para o exercício findo em 31/12/2021 e 2020 é como segue:

	31/12/21
Saldo inicial	–
Baixa/Reversão de processos cível	**(17)**
Início de ação jurídica de origem cível	**20**
Início de ação jurídica de origem trabalhista	**866**
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	**(17)**
Início de ação jurídica de origem tributária	**10**
Baixa/Reversão de processos tributários	**(10)**
Saldo final	**852**

Os processos com probabilidade de perdas classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R$ 4.413, segregados nas seguintes esferas jurídicas:

	31/12/21
Tributário	**4.408**
Cível	**5**
	4.413

O depósito judicial tributário, refere-se a questionamento por parte da Empresa de cobrança efetuada pela SEFAZ/MG relativo à alíquota de ICMS na importação de farinha de trigo, em que a SEFAZ/MG alega que a carga tributária é de 12% e com estorno de crédito de 5% na entrada do estabelecimento da Empresa, a qual considera (como sempre considerou) carga tributária de 7% que é a mesma carga tributária para operação interna.

	31/12/21	**31/12/20**
Cível	**4**	–
Tributários	**4.333**	3.694
Trabalhista	**10**	–
	4.347	3.694

15. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31/12/2021 o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 44.190 está representado por 44.190 quotas:

	Quotas	**Part. %**
OESA Comércio e Representações S/A.	44.190.000	100,00%

Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender projetos de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva de lucros é de R$ 20.220 (R$ 9.323 em 31/12/2020). Distribuição de lucros: Durante o exercício a Empresa não distribuiu lucros (R$ 37.183 em 31/12/2020). **16. IR e CS - correntes e diferidos:** a) Correntes: O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	31/12/21	**31/12/20**
Lucro antes do IR (IRPJ) e da CS (CSLL)	**18.952**	36.222
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	**34%**	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	**(6.444)**	(12.315)
Diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	**(1.611)**	(10)
Outros	–	366
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	**(8.055)**	(11.959)
Correntes	**(8.542)**	(11.959)
Diferidos	**487**	–

b) Diferidos: O IR e a CS diferidos ativo são compostos como segue:

Ativo:	**31/12/21**	**31/12/20**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**99**	–
Provisão de comissões	**406**	–
Provisão para realização de Estoques	**229**	–
Provisão de contas a pagar	**564**	–
Provisão de Bônus	**84**	–
Outras provisões	**50**	–
Total	**1.432**	–
Alíquota aplicável estimada	**34%**	34%
IR e CS diferidos	**487**	–

Os créditos reconhecidos têm por base diferenças temporárias, principalmente comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. **17. Receita líquida:**

	31/12/21	**31/12/20**
Receita de vendas e serviços	**474.356**	403.288
(-) Deduções da receita bruta:		
Impostos	**(59.831)**	(51.891)
Devolução de vendas	**(3.262)**	(2.305)
Provisão para perdas com clientes	**(216)**	(1.492)
Receita líquida	**411.047**	347.600

18. Custos e despesas por natureza:	**31/12/21**	**31/12/20**
Mercadorias de revenda	**(324.348)**	(278.769)
Fretes e agregados	**(28.494)**	(6.293)
Manutenção	**(731)**	(401)
Salários e encargos sociais	**(26.457)**	(28.042)
Comissões	**(1.856)**	(238)
Serviços terceiros	**(4.170)**	(4.757)
Serviços de armazenagem	**(352)**	(1.019)
Aluguel e condomínio	**(2.924)**	(2.838)
Energia elétrica	**(1.643)**	(1.366)
Depreciação e amortização	**(4.338)**	(4.182)
Outras despesas	**(1.220)**	(173)
	(396.533)	(328.078)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:

	31/12/21	**31/12/20**
Custo das mercadorias revendidas	**(324.348)**	(278.769)
Despesas com vendas	**(34.458)**	(7.978)
Despesas gerais e administrativas	**(37.727)**	(41.331)
	(396.533)	(328.078)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	31/12/21	**31/12/20**
Resultado na alienação de ativos	**(85)**	–
Recuperações tributárias	**5.950**	10.607
Recuperação de despesas	**6**	(1.165)
Pagamentos de obrigações com antigos sócios	**(1.367)**	–
Outras receitas (despesas), líquidas	**(7)**	(648)
Resultado	**4.497**	8.794

No ano de 2020, a Empresa, logrou êxito em ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O valor, na ordem de R$ 10.607, foi devidamente reconhecido. No decorrer do ano de 2021, a Empresa, realizou processo administrativo para o ressarcimento de ICMS-ST pago na venda para não contribuintes. O valor do ressarcimento realizado é de R$ 5.950.

20. Resultado financeiro:	**31/12/21**	**31/12/20**
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	**322**	501
Juros ativos	**1.131**	6.408
Descontos obtidos	**572**	1.851
Variação cambial ativa	**91**	453
	2.116	9.213
Despesas financeiras:		
Juros sobre passivos financeiros	**(299)**	(49)
Juros sobre direito de uso de imóveis	**(333)**	(296)
Outras despesas financeiras	**(89)**	(36)
Descontos concedidos	**(975)**	(323)
Variação cambial passiva	**(479)**	(602)
	(2.175)	(1.306)
Resultado financeiro	**(59)**	7.907

21. Instrumentos financeiros: Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito: É o risco de prejuízo financeiro para a Empresa caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31/12/2021 e de 2020 é como segue:

Ativos	**31/12/21**	**31/12/20**
Caixa e equivalente de caixa	**9.283**	15.172
Contas a receber	**20.573**	15.857
Partes relacionadas	**30.416**	–
Total	**60.272**	31.029

A política de gestão de risco corporativo determina que a Empresa avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidos. A Empresa e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Empresa em 31/12/2021:

	Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**
Fornecedores	**35.955**	–
Arrendamentos mercantil	**3.521**	**840**
Partes relacionadas	**20.175**	–
	59.651	**840**

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa e de sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. Risco de taxa de juros: a) *Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:* Esse risco advém da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021. Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Empresa ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Empresa (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Empresa). A Empresa gerencia seu risco de câmbio por meio de fechamento de câmbio antecipado as quais se espera que devem ocorrer no período máximo de 30 dias. Sensibilidade à taxa de câmbio: A Empresa possui risco cambial pela exposição de fornecedores em moeda estrangeira, dólar americano (USD).

Fator de risco		**Saldo**	**Efeito na despesa financeira**			
Passivo	**Risco**	**31/12/2021**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (-50%)**	**Cenário V (+50%)**
Fornecedores	**Aumento do dólar**	**3.582**	**2.687**	**4.478**	**1.791**	**5.373**
Taxa do dólar utilizada - R$		**5,5799**	**4,1849**	**6,9749**	**2,7900**	**8,3699**
Fator de risco		**Saldo**	**Efeito na despesa financeira**			
Passivo	**Risco**	**31/12/2020**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (-50%)**	**Cenário V (+50%)**
Fornecedores	Aumento do dólar	72	54	90	36	108
Taxa do dólar utilizada - R$		5,3815	4,0361	6,7269	2,6908	8,0723

22. Cobertura de seguros: A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

	Coberturas 31/12/2021
Incêndios	**70.000**
Perda de aluguel	**2.800**
Lucros cessantes	**5.200**
Danos morais	**350**
Vendaval	**4.255**
Responsabilidade civil	**1.750**
Danos elétricos	**400**
Impacto de veículos	**900**
Equipamentos	**1.810**
Desmoronamento	**1.000**
Outros	**1.510**
	89.975

23. Eventos subsequentes: A administração da Empresa está acompanhando os possíveis impactos da COVID 19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Empresa não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Empresa. **24. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021:** As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17/08/2022.

Diretoria: Mauricio Câmara - Diretor Presidente

Patricia Diniz de Paiva - Diretora Financeira

Contador: Vagner da Silva Serafim - CRC PR - 060752/O-2 T SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da **Cerealista Nova Safra Ltda.** - Contagem (MG). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cerealista Nova Safra Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a

administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 17 de agosto de 2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. -** CRC-SC000048/F; **Cleverson Luis Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA LTDA - COPPEX

Inscrita no **CNPJ** sob o nº 05.265.113/0001-32, NIRE 31208122228, convoca seus sócios para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a realizar-se em sua sede localizada na Rua Cuiabá, nº 1180, bairro Prado, Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 26/09/2022, às 14h30min, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **AGE**: a) alteração do endereço da sede da sociedade, com alteração da Cláusula 1ª; b) admissão e retirada de sócios, com a alteração da Cláusula 3ª; c) outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 09/09/2022. Antônio Trindade de Ávila (Diretor Presidente), Wellington Célio Campos (Diretor de Gestão e Planejamento) e Humberto Dico de Oliveira (Diretor Financeiro).

TERRA SANTA ADMINISTRADORA DE CEMITÉRIOS E IMÓVEIS S.A.
CNPJ: 04.997.348/0001-56 - NIRE: 31.300.112.942
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas do **Terra Santa Administradora de Cemitérios e Imóveis S.A. ("Companhia")**, para comparecer à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 21 de setembro de 2022, às 10 (dez) horas, na sede social da **Companhia**, localizada Rodovia MGT 262, KM 05, Bairro Nações Unidas, Sabará, Estado de Minas Gerais - CEP 34.590-390, em primeira convocação, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:(i) Ratificar os atos praticados pelos diretores da **Companhia** de 27 de junho de 2021 até a presente data, tendo em vista o término dos seus respectivos mandatos na retro referida data; e (ii) Eleição do novo Diretor Presidente e do novo Diretor sem designação específica da **Companhia**, para um prazo de mandato de 3 (três) anos.

Sabará/MG, 12 de setembro de 2022.
(a) **Jorge Luiz Cintra Avelar - Diretor**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2022

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro/MG, torna pública que fará realizar licitação exclusiva conforme art. 48, LC 123/2006, Pregão Presencial nº 30/2022, no dia 26 de setembro de 2022, às 08horas30minutos, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na R. Jacob Fernandes, 83 - Centro. Objetivando SRP - Sistema de Registro de Preço para prestação de serviços na contratação de Show Musicais, bem como equipe de apoio, locação de equipamentos, sonorização, iluminação e estrutura em geral, para realização das diversas festividades do Município de Santo Antônio do Retiro/MG, conforme descrição constante no anexo termo de referência. Os interessados poderão adquirir o edital no endereço acima mencionado das 08:30 às 11:30 horas ou pelo e-mail licitacao.santoantoniodoretiro@yahoo.com - As alterações, notificações, intimações, resultados, extrato de contrato serão publicados no quadro de avisos da prefeitura - Órgão Oficial de Publicação do Município. Santo Antônio do Retiro, 13 de setembro de 2022 - Ivo Fernandes Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

O Município de Monte Azul/MG torna público a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 100/2022, modalidade Pregão Presencial nº 026/2022, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria especializada, gerenciamento, monitoramento, operacionalização e execução das ações de serviços da atenção básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Monte Azul/MG, com base no Art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmulas 473 do STF. Demais informações pelo e-mail: licitacaomoa@gmail.com ou diretamente na sede do município, na Pça. Coronel Jonathas, nº 220, Centro, no horário de 07:00h às 13:00h - Monte Azul/MG, 13/09/2022 - Paulo Dias Moreira - Prefeito Municipal.

EDITAL - Diuliane Moreira de Aguiar. Oficial Interina do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais,
Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte MARIA CECILIA NOBRE SOUTO, brasileira, divorciada, dentista, portadora do CPF 291.859.046-00 e Id. MG-1.059.931 residente e domiciliado na Rua Carangola, 253, apto 201, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, foi requerido a esta serventia o pedido de RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA do imóvel localizado na Rua Cacimba, bairro Soberbo, Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG, com a área de 1.159,69m² (mil cento e cinquenta e nove metros quadrados e sessenta e nove decímetros quadrados) requerente/autor, que tramita nesta Serventia do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, pedido de USCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, conforme artigo 1.071 do Código de Processo Civil Brasileiro, Lei Federal 13.105 de 2015, e artigo 216-A da Lei de Registro Público, Lei Federal 6.015/73, do referido imóvel. A documentação exigida para a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ora em curso, encontra-se no petitório inicial nesse cartório, à disposição de interessados à saber: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO- AGU, ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERIAS- AGE, e MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/MG e ICMBio (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE). As impugnações ao reconhecimento da usucapião extrajudicial de entes públicos ou interessados devem ser endereçadas ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, em 15 (quinze) dias contados da publicação deste edital no Sistema eletrônico CRI/MG (Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais). Jaboticatubas/MG, aos 19 dias do mês de Julho de 2022.A Oficial Interina: Diuliane Moreira de Aguiar

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ/MG

O município de Francisco Badaró/MG, torna público que fará realizar Procedimento Licitatório nº 081/2022 - modalidade Tomada de Preços nº 009/2022, Tipo: menor preço por LOTE, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na perfuração e revestimento de 04 (quatro) poços artesianos, em comunidades rurais, visando atender demandas do município de Francisco Badaró/MG, com fornecimento de materiais e mão de obra. Data: 03/10/2022 às 09:00h. Maiores informações fone: (33) 3738-1123 / 3738-1228. E-mail: setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Aviso de Licitação - Procedimento Administrativo nº 057/2022 - Concorrência nº 001/2022 - O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene, torna público o Processo Adm. nº 057/2022, Concorrência nº 001/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de reforma de edificação de uso público para construção do auditório do Centro de Convenções do CIMAMS. Entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços: Até às 09:00hs do dia 18/10/2022. Sessão de Abertura e Julgamento: Dia 18/10/2022 às 09:30hs. O edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico: www.cimams.mg.gov.br / Informações pelos telefones: (38) 3221-0841 ou (38) 99970-3832. Rafael Gonçalves Chagas - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - nº 41/2022

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar a Reabertura do **Pregão Eletrônico - nº 41/2022. Objeto:** Contratação de empresa especializada para realização de diagnóstico socioterritorial. Data de realização 26/09/2022 às 09:00 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações. Nova Lima, 14 de setembro de 2022.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Credenciamento nº 015/2022
Processo Licitatório nº 0395/2022

O Município de Nova Lima, torna público a realização do Credenciamento nº 015/2022, Processo Licitatório nº 0395/2022. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas que se interessem em realizar o Credenciamento de Barracas e Seleção de Interessados para Expor no evento "Festival Viva Arte – Edição Centro". A adesão ao credenciamento dar-se-á nos dias 22/09/2022 e 23/09/2022 das 08:30 horas às 17:00 horas. O Edital está disponível a partir do dia 14/09/2022 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 06 de setembro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO/MG.

Torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 02/2022 - Modalidade Pregão Presencial nº 02/2022. Objeto: Aquisição de Um Veículo Zero Quilômetro 1.0, ano 22/23. Data da entrega dos envelopes e abertura: 27/09/2022, até às 10h00min. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede da Câmara Municipal, sito à Praça Serra Negra, nº 237, Centro. Tel.: (33) 3432-1379 ou por e-mail: camarassm@aol.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal **Homologa** o resultado do Processo Licitatório nº 092/2022 na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 026/2022.** OBJETO: **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na Área da Saúde, para procedimentos cirúrgicos eletivos, consultas e exames na especialidade de Oftalmologia para Cirurgias de Catarata, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.** LICITANTE ARREMATANTE: **GAESA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA** pelo **Lote 001** no valor global de R$ 202.145,00 e pelo **Lote 002** no valor global de R$ 36.182,50; perfazendo o valor global do processo em R$238.327,50.

São Francisco/MG, 12 de Setembro de 2022.
Ass. Miguel Paulo Souza Filho.
Prefeito Municipal,

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE ANULAÇÃO
Processo Administrativo: nº 175/2022
Pregão Eletrônico: nº 34/2022

Objeto: Eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as escolas e creches municipais da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Lima. O Município de Nova Lima, decide através do Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana, **anular** o processo Licitatório em epígrafe, tendo em vista o interesse público, de acordo com o Art. 49 da Lei 8.666/93. Nova Lima, 16 de junho de 2022.

Cristiano Antônio Vieira Gomes
Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ - MG

Torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 0287/2022, Pregão Eletrônico 031/2022, do tipo Aberto. Objeto: aquisição de trator agrícola e outros, para atender a necessidade do município. Recebimento das propostas até o dia 26/09/2022 às 13:00h, abertura das propostas dia 26/09/2022 às 13:15h, início da sessão de disputa dia 26/09/2022 às 13:30h. Endereço da plataforma www.vasistemas.com.br, referência de tempo: horário de Brasília. Informações pelo Site: www.esperafeliz.mg.gov.br; Telefone: (32) 3746-1335; e-mail: compras@esperafeliz.mg.gov.br. Espera Feliz -MG, 13 de setembro de 2022, Dione Faria Silva - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 222/2022 - Pregão Eletrônico nº 103/2022 - Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento eventual, a depender da necessidade e da disponibilidade financeira, de materiais de saúde destinados ao Setor de Vacina da Secretaria Municipal de Saúde de Carangola-MG, tudo conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos. Apresentação para credenciamento dos licitantes: das 09:00h às 09h e 30min do dia 28/09/2022; Data e horário da sessão: às 09h e 30min do dia 28/09/2022; Local da Sessão: https://www.licitanet.com.br - Informações: Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG - Tel.: (32) 3741-9622. Carangola/MG, 13.09.2022 - Abimael Fernandes Borges - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA/MG

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 039/2022. Torna Público para conhecimento dos interessados que decide SUSPENDER o Certame do referido Edital para revisão e Retificação no quantitativo de itens do Pregão do referido Edital. A nova data de Abertura será divulgada na forma da Lei. Mais informações poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal, Sala da Comissão Permanente de Licitação - Praça Padre Joaquim de Castro, nº 54, Centro, Caputira, Minas Gerais ou pelo tel.: (31) 3873-5138.
13 de setembro de 2022
Amanda Mendes dos Reis
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE/MG

Aviso de Cancelamento da Licitação - Pregão Presencial nº 41/2022 - O Município de Mato Verde/MG, torna-se público o Cancelamento do Pregão Presencial nº 41/2022, objetivando a aquisição de veículos tipo ônibus escolar zero km, destinado ao atendimento de alunos matriculados em escola da rede pública de ensino, nos termos do Convênio de Saída nº 1261000735/2022/SEE, que estava previsto para acontecer na data de 15 de setembro de 2022. Motivação: Por meio da autorização nº 1249/2022 - CGCOM/DIRAD/FNDE, a aquisição por meio da adesão junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação torna-se mais vantajosa para o município, tendo em vista o preço médio do Pregão Presencial nº 41/2022, encontra-se com valores superiores. Pedro Henrique Horta Freitas - Prefeito Municipal

COMPANHIA SIDERÚRGICA PITANGUI
CNPJ nº 17.159.559/0001-61
NIRE 313.0001143-7
Edital de Convocação de Assembleia Geral-Extraordinária.

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Siderúrgica Pitangui, na forma de seu Estatuto Social e da Lei, para se reunirem em Assembleia Geral-Extraordinária que será realizada na data do dia 28/09/2022, às 10:00 (dez) horas, na Av. Prof. Mário Werneck, 2.501, 3º andar, Buritis, CEP 30.575-180, Belo Horizonte, MG, a fim de deliberarem sobre a Eleição/Reeleição dos membros da Diretoria. Belo Horizonte, 12/09/2022. A Diretoria.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
1º Leilão: 23/09/2022 às 10h30 | 2º Leilão: 27/09/2022 às 10h30

Prestador de Serviço Autorizado Itaú — ZUKERMAN LEILÕES

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: LUCILENE DAS GRAÇAS ANTUNES

LOTE 02 - BELO HORIZONTE/MG

Apartamento nº 201, do Edifício Ibiza, à Rua Pedro Natalício de Morais 187 e seu terreno, fração ideal de 1/6 do lote 19, da quadra 45, do Bairro Buritis. – O apartamento tem direito a vaga de garagem de nº06, na forma da convenção de condomínio do Edifício. **Imóvel objeto da matrícula nº 74.006 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.** Observação: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 713.626,06 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 356.813,03

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br

ALTERAÇÃO DA EMPRESA SPE BRISA 16 EMPREENDIMEMTOS IMOBILIARIOS LTDA – CNPJ 21.542.118/0001-11:

1. Redução do Capital Social

Em conformidade com o que faculta o art. 1.082, II, em razão de capital social excessivo em relação ao objeto da sociedade, os sócios resolvem reduzir o capital social da sociedade, por meio de diminuição proporcional do valor nominal das quotas, no valor total de R$5.450.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).
Em decorrência da redação supramencionada, o Capital Social que era de R$ R$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), totalmente integralizado e dividido em 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) cotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, passa a ser de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, divididas entre os sócios na seguinte proporção:

Nome do Sócio	Nº Cotas	Vr.Unitário	Vr.Total	%
Sirion Participações S/A	5.000	R$1,00	R$ 5.000,00	10%
Dávila Participações S/A	10.000	R$1,00	R$10.000,00	20%
Minas Brisa Empreend. Imobiliários Ltda	32.500	R$1,00	R$32.500,00	65%
Construtora M. Matos Ltda	2.500	R$1,00	R$2.500,00	5%
Total	**50.000**	**R$1,00**	**R$50.000,00**	**100%**

Dessa forma, a cláusula quarta terá a seguinte redação:
Cláusula Quarta:
O capital social é de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas no valor de R$1,00 (um real) cada uma, integralizado em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

Nome do Sócio	Nº Cotas	Vr.Unitário	Vr.Total	%
Sirion Participações S/A	5.000	R$1,00	R$ 5.000,00	10%
Dávila Participações S/A	10.000	R$1,00	R$10.000,00	20%
Minas Brisa Empreend. Imobiliários Ltda	32.500	R$1,00	R$32.500,00	65%
Construtora M. Matos Ltda	2.500	R$1,00	R$2.500,00	5%
Total	**50.000**	**R$1,00**	**R$50.000,00**	**100%**

HOJE EM DIA

RODRIGO CHEIRICATTI
DIRETOR-EXECUTIVO
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

IRACEMA BARRETO
Editora Chefe

EDITORES-EXECUTIVOS
Ana Paula Lima
Lunarde Teles (Imagem)

PUBLICIDADE LEGAL
EDITAIS E BALANÇOS
Maria Emília Rodrigues - (31) 98722-9241
Simone Amorim - (31) 99642-9883
fonados@hojeemdia.com.br

REDAÇÃO
(31) 98466-5170
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030 - Belo Horizonte-MG

COMERCIAL - SP/RJ/DF/MG
Rodrigo Cheiricatti
(31) 3253-2205 - (31) 98884-6999
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br

EDIMINAS S/A
Editora Gráfica Industrial de MG

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2205
atendimento@hojeemdia.com.br

GERAL: (31) 3253-2205

ANJ Associação Nacional de Jornais

Imperial Importação e Exportação Ltda.

CNPJ nº 06.957.380/0001-33

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Ativos/Circulantes		**61.729**	52.063
Caixa e equivalentes de caixa	4	**9.329**	2.462
Contas a receber	5	**18.113**	17.595
Estoques	6	**28.024**	21.393
Adiantamento a fornecedores	7	**3.261**	5.006
Impostos a recuperar	8	**1.307**	2.192
Contas a receber com partes relacionadas	9	**1.071**	1.713
Títulos a receber	10	–	634
Outros créditos		**624**	1.068
Não circulantes		**25.750**	29.479
Depósitos judiciais	14	**18.307**	13.852
IR e CS diferidos	16.b	**1.962**	3.166
Partes relacionadas	9	–	4.035
Títulos a receber	10	**1.018**	2.553
Imobilizado	11	**566**	872
Intangível	12	**3.139**	4.114
Ativo de direito de uso	15	**758**	887
Total dos ativos		**87.479**	81.542

Balanço patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Passivos e patrimônio líquido/Circulantes		**21.317**	20.090
Arrendamento	15	**115**	106
Fornecedores	13	**16.619**	14.720
Contas a pagar com partes relacionadas	9	**534**	1.674
Obrigações trabalhistas		**821**	1.138
Impostos a recolher	8	**929**	1.163
Parcelamento de débitos		**280**	7
Outras contas a pagar		**2.019**	1.282
Não circulantes		**38.138**	41.509
Empréstimos com partes relacionadas	9	**18.750**	26.272
Arrendamento	15	**735**	850
Parcelamento de débitos		**1.264**	384
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	**14.787**	14.003
Outras contas a pagar		**2.602**	–
Patrimônio líquido		**28.024**	19.943
Capital social	17	**13.136**	13.136
Reserva de incentivos fiscais		**9.766**	6.350
Retenção de lucros		**5.122**	457
Total dos passivos e patrimônio líquido		**87.479**	81.542

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de incentivos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	13.136	3.922	–	457	17.515
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.428	2.428
Constituição reserva de incentivo fiscal	–	2.428		(2.428)	–
Retenção de lucros	–	–	457	(457)	–
Saldos em 31/12/2020	13.136	6.350	457	–	19.943
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**8.081**	**8.081**
Constituição reserva de incentivo fiscal	–	**3.416**	–	**(3.416)**	–
Retenção de lucros	–	–	**4.665**	**(4.665)**	–
Saldos em 31/12/2021	**13.136**	**9.766**	**5.122**	–	**28.024**

Demonstração do resultado	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida	18	**309.056**	233.530
Custo das mercadorias revendidas	19	**(256.437)**	(198.548)
Lucro bruto		**52.619**	34.982
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	**(26.694)**	(23.163)
Despesas com vendas	19	**(11.975)**	(10.996)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	**(1.372)**	3.057
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**12.578**	3.880
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		**2.452**	4.230
Despesas financeiras		**(3.028)**	(6.925)
Lucro antes do IR e da CS		**12.002**	1.185
IR e CS: Correntes	16.a	**(2.717)**	(1.923)
Diferidos	16.b	**(1.204)**	3.166
Lucro líquido do exercício		**8.081**	2.428
Lucro por cota do capital social - em reais		**0,615**	0,185

Demonstração do resultado abrangente	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício	**8.081**	2.428
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**8.081**	2.428

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**8.081**	2.428
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**1.393**	1.205
Baixa do ativo imobilizado	**26**	160
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**975**	1.485
Provisão para realização de estoques	**(867)**	867
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**784**	110
Juros e variações cambiais	**256**	294
IR e CS diferidos	**1.204**	(3.166)
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	**(1.495)**	(4.872)
Estoque de mercadorias	**(5.765)**	(4.299)
Partes relacionadas	**4.678**	(4.100)
Impostos a recuperar	**885**	(4.429)
Outros créditos	**445**	(615)
Adiantamentos a fornecedores	**1.745**	(513)
Depósitos judiciais	**(4.455)**	371
Títulos a receber	**2.170**	44
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	**1.899**	(1.166)
Partes relacionadas	**(1.139)**	497
Obrigações trabalhistas	**(316)**	833
Impostos a recolher	**4.224**	847
Outras contas a pagar	**3.337**	1.132
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**18.065**	(12.887)
Impostos de renda e CS pagos	**(3.306)**	(343)
Juros pagos	**(256)**	(294)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.503**	(13.524)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	**(4)**	(3.344)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4)**	(3.344)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação (pagamento) de mútuo com partes relacionadas	**(7.521)**	14.272
Pagamento de principal do arrendamento mercantil	**(111)**	(98)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	–	(801)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(7.632)**	13.373
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.867**	(3.495)
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	**2.462**	5.957
No fim do exercício	**9.329**	2.462
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.867**	(3.495)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Imperial Importação e Exportação Ltda. ("Empresa"), foi constituída há aproximadamente 15 anos na Cidade de Contagem, no Estado de Minas Gerais, tem como objetivo social a importação e exportação, manipulação, comércio de gêneros alimentícios em geral no atacado e varejo, dentre eles, carnes bovinas e suínas, pescados frescos e congelados, aves e embutidos, frutas e legumes congelados, batatas pré-congeladas e azeites. Em 20/12/2018 o controle da Empresa foi adquirido pela controladora OESA Comércio e Representações S.A. Impactos da COVID-19: Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia global provocada pelo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos relevantes na economia global como também no comportamento humano em todo o mundo. No Brasil, onde a Empresa mantém suas operações, a pandemia desencadeou importantes ações governamentais, das entidades privadas e do terceiro setor, para mitigar os efeitos desta pandemia na saúde da população e para amenizar os impactos econômicos negativos com esta mudança no cotidiano das pessoas e das empresas. Em 2022, continuamos atravessando um dos cenários mais desafiadores para toda sociedade no Brasil e ao redor do mundo, porém, ponderado pela expectativa de um futuro mais promissor contando com a retomada da economia e do mercado de FoodService, com base no programa massivo de vacinação da população mundial contra a Covid-19 e pela retomada da mobilidade da população que está se aproximando aos patamares pré-pandemia, já no início de 2022. Com isso, seguiremos investindo na expansão dos negócios da Empresa através da expansão da equipe de vendas para aumentar nossa participação de mercado e para explorar novos mercados, com a ambição de aumentar nossa base de clientes e cobertura geográfica (meta de atingir 4000 cidades no Brasil até o final de 2022). Para suportar o crescimento projetado, planejamos a expansão das operações para o atendimento da demanda projetada através do aumento dos armazéns e logística contratada. Além disso, investiremos em um programa de transformação digital que disponibilizará um novo canal de atendimento e vendas aos clientes atuais e novos clientes que serão adquiridos através do nosso site. *Análise dos riscos e medidas:* A Empresa adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: (i) em fevereiro de 2020, a instituição de um comitê de combate à crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias assertivas e tempestividade na tomada de decisões; (ii) adoções de políticas de gerenciamento e captação de recursos; (iii) constante contato com clientes e fornecedores para garantir um fluxo de caixa adequado às operações; (iv) instituição do trabalho a distância (*home office*) para os colaboradores da área administrativa-financeira-contábil-comercial, que representam aproximadamente 50% dos seus colaboradores; (v) rigoroso controle de acesso e implementação de um conjunto de medidas de segurança visando a redução do risco de contágio dos seus colaboradores. Dentre os diversos riscos aos quais a Empresa pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível. a) *Continuidade operacional:* A pandemia contribuiu significativamente para a desaceleração da atividade econômica no Brasil, com tendência de queda no consumo e aumento do desemprego. Além disso, a disseminação da doença trouxe consequências como: (i) o risco de desabastecimento; (ii) risco de crédito e disponibilidade de recursos para financiar as operações, com possibilidade de aumento nas taxas de juros; (iii) possíveis dificuldades financeiras de clientes e fornecedores. A Empresa está atenta às adversidades, tomando ações para reduzir os riscos e amenizar os efeitos da pandemia. A Administração revisou e atualizou seu plano de negócio para os próximos períodos e, considerando as premissas observáveis até o momento, não identificou elementos que possam causar riscos de continuidade operacional. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. *Análise dos riscos e medidas:* b) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:* No período findo em 31/12/2021, a Empresa avaliou sua carteira de recebíveis e não identificou evidências que pudessem impactar sua estimativa de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Dessa forma, o montante da provisão para perda reconhecida de R$727 reflete de maneira adequada a melhor estimativa de perda esperada pela Empresa na data de divulgação. c) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível:* A Empresa revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável os seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2020, bem como eventos ocorridos até 31/12/2021, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado. d) *Realização dos estoques:* Durante o momento mais crítico da pandemia, adequamos nossos níveis de estoques para atender as demandas de nossos clientes. Em 31/12/2021 os níveis dos estoques estão normalizados. *Conclusão:* Mediante todas as ações implementadas para mitigar os efeitos da pandemia nos negócios da Empresa, a revisão do plano de negócio, o monitoramento contínuo da situação da pandemia no Brasil e a manutenção das medidas de contenção de gastos, a Empresa encontra-se diligente e segura da sua continuidade operacional e que os valores dos seus ativos estão adequadamente mensurados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e IR e CS diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.3. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Empresa revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31/12/2021 e de 2020. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir:

Classe de imobilizado	Vida útil
Benfeitoria em bens locados	3% a 10% a.a.
Veículos	7% a 20% a.a.
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a.
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a.
Instalações	3% a 10% a.a.

3.6. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"): Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. **3.7. Ativos financeiros:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O contas a receber da Empresa é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.8. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Empresa são classificados nas seguintes categorias: Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - parte relacionadas empréstimos e financiamentos da Empresa são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.9. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Empresa que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Empresa aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.12. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. Venda de mercadorias: As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Empresa deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Empresa são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. Receita de juros: Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.13. Arrendamentos:** A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Empresa como arrendatário: A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso.* A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.14. IR e CS:** A despesa com IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Empresa é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para IR e 9% para CS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de IR e CS diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.15. Incentivos fiscais:** A Empresa possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Empresa. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entida de exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que a Empresa não possui empréstimos contratados. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Empresa. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):* A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Empresa possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Empresa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Empresa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Empresa incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Empresa tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Empresa se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Empresa normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras

importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:* A Empresa utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Empresa. A Empresa revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda do crédito e a provisão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na Nota 5. *Tributos:* Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 16. *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/21	31/12/20
Caixa	41	52
Bancos - conta movimento	7.174	641
Aplicações de liquidez imediata (a)	2.114	1.769
	9.329	2.462

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Empresa possui o direito de resgate imediato.

5. Contas a receber:

	31/12/21	31/12/20
Clientes - mercado interno	18.840	18.138
Provisão para perdas de crédito esperadas	(727)	(543)
	18.113	17.595

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
A vencer	16.066	14.992
Vencidos de 0 a 30 dias	1.879	2.429
Vencidos de 31 a 60 dias	298	248
Vencidos de 61 a 90 dias	198	199
Vencidos há mais de 90 dias	399	270
	18.840	18.138

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Saldo inicial	(543)	–
Adições	(1.903)	(2.804)
Reversões	928	1.319
Baixas	791	942
Saldo final	(727)	(543)

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente à provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perdas histórica sobre o valor do faturamento. A Empresa monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. **6. Estoques:** A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Mercadorias para revenda	28.024	22.260
Provisão para realização de estoques	–	(867)
	28.024	21.393

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Saldo no início do exercício	(867)	–
Constituição de provisão	(2.590)	(2.148)
Reversão de provisão	3.457	1.281
Saldo no final do exercício	–	(867)

7. Adiantamentos a fornecedores: Os valores de adiantamentos a fornecedores se referem a adiantamentos realizados para aquisição de mercadoria de revenda e sua composições é dividida em adiantamentos a fornecedores nacionais e internacionais conforme quadro demonstrativo.

	31/12/21	31/12/20
Adiantamento fornecedores internacionais	2.980	4.058
Adiantamento fornecedores nacionais	281	948
	3.261	5.006

8. Impostos a recuperar e a recolher: Impostos a recuperar: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. O prazo de realização dos valores demonstrados são em média de 3 meses e sua realização são decorrentes das operações comerciais da Empresa.

	31/12/21	31/12/20
PIS/COFINS a recuperar	930	1.475
IPI a recuperar	–	113
ICMS a recuperar	20	247
Impostos retidos	205	357
Outros impostos a recuperar	152	–
	1.307	2.192

Impostos a recolher: A composição dos impostos a recolher em 31/12/2021 e 2020, a seguir:

	31/12/21	31/12/20
PIS/COFINS a recolher	11	17
IPI a recolher	53	4
ICMS a recolher	410	37
IRPJ a recolher	321	753
CSLL a recolher	120	277
Outros impostos a recolher	14	75
	929	1.163

9. Partes relacionadas: Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Ativo/Ativo circulante:		
Contas a receber com partes relacionadas:		
Oesa Comércio e Representações S.A.(b)	682	111
Congebras Alimentos S.A. (b)	52	58
Cerealista Nova Safra Ltda. (b)	72	–
Flecha Foods Ltda. (b)	265	–
DB Distribuidora de Alimentos Ltda. (b)	–	1.544
	1.071	1.713
Ativo não circulante:		
Contas a receber com partes relacionadas:		
Congebras Alimentos S.A. (c)	–	4.035
	–	4.035
Passivo/Passivo circulante:		
Contas a pagar com partes relacionadas:		
Congebras Alimentos S.A. (b)	300	381
MGFRIO Armazém Gerais Ltda. (b)	–	723
MGLOG Transportes Rodoviários Logísticos Ltda. (b)	234	223
DFS Holding S.A (b)	–	347
	534	1.674
Passivo não circulante:		
Empréstimos com partes relacionadas:		
Oesa Comércio e Representações S.A. (c)	18.750	26.109
Congebras Alimentos S.A. (c)	–	163
	18.750	26.272
Resultado/Resultado operacional:		
OESA S/A (b)	2.048	3.783
Congebras Alimentos S.A. (b)	69	5.814
DB Distribuidora Brasil de Alimentos Ltda. (b)	12.083	9.242
Cerealista Nova Safra Ltda. (b)	544	–
Flecha Foods Ltda.	436	–
MGLOG Transportes Rodoviários e Logístico Ltda. (d)	(8.317)	(1.405)
MGFRIO Armazém Gerais Ltda. (a)	(4.805)	(7.916)
Efeito no resultado	2.058	9.518

(a) Refere-se a serviços de armazenagem de alimentos efetuados pela controlada MGFRIO Armazém Gerais Ltda.. (b) Refere-se a compra e venda de mercadorias da controladora e demais Empresas do Grupo. (c) Referente a mútuo com a controladora e coligadas da Empresa. (d) Refere-se a serviços de transportes de alimentos efetuados pela MGLOG Transportes Rodoviários e Logístico Ltda.

10. Títulos a receber:

	31/12/21	31/12/20
AG13 Comercial Eireli - circulante (i)	–	634
AG13 Comercial Eireli - não circulante (i)	–	2.553
Créditos a receber de antigos sócios - não circulante (ii)	1.018	–
	1.018	3.187

(i) Por conta de venda de instalações da fábrica de Laticínios Luce Ltda., compreendendo bens do ativo imobilizado, saldos remanescentes de estoques, manutenção e itens de uso e consumo, totalizando o montante de R$ 5.867, firmado nos termos do instrumento de compra e venda celebrado em 23/03/2018 com AG13 Comercial Eireli. Em 2021 os valores a receber, por conta de venda de instalações da fábrica de Laticínios Luce Ltda., foram baixados pela irrecuperabilidade dos montantes. (ii) Os valores a receber de antigos sócios se referem à contingências e parcelamentos fiscais ativos, que conforme contrato de compra da Sociedade, essas contingências, devem ser cobradas dos antigos sócios. A Controladora, Oesa Comércio e Representações S.A. possui garantia de recebimento desses valores devidamente depositados em conta de garantia.

11. Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	31/12/21 Líquido	31/12/20 Líquido
Benfeitoria em bens locados	3% a 10% a.a.	312	(278)	34	–
Veículos	7% a 20% a.a.	62	(36)	26	34
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.	257	(194)	63	84
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a	628	(494)	134	243
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a.	907	(632)	275	395
Instalações	3% a 10% a.a.	178	(144)	34	116
Total		2.344	(1.778)	566	872

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	31/12/20 Líquido	31/12/19 Líquido
Veículos	7% a 20% a.a	62	(28)	34	41
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a	256	(172)	84	119
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a	628	(385)	243	390
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a	903	(508)	395	218
Instalações	3% a 10% a.a	490	(374)	116	118
Total		2.339	(1.467)	872	886

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 é como segue:

	31/12/20 Início do exercício	Movimentação Adições	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/21 Final do exercício
Benfeitorias em bens locados	–	–	(34)	–	68	34
Veículos	34	–	(8)	–	–	26
Móveis e utensílios	85	–	(22)	–	–	63
Máquinas e equipamentos	241	–	(107)	–	–	134
Equiptos. de informática	395	4	(124)	–	–	275
Instalações	117	–	(15)	–	(68)	34
Total	872	4	(310)	–	–	566

	31/12/19 Início do exercício	Movimentação Adições	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/20 Final do exercício
Veículos	41	–	(7)	–	–	34
Móveis e utensílios	119	31	(24)	(41)	–	85
Máquinas e equipamentos	390	82	(112)	(119)	–	241
Equiptos. de informática	218	339	(162)	–	–	395
Instalações	118	107	(108)	–	–	117
Total	886	559	(413)	(160)	–	872

12. Intangível:

	Taxa anual de Amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	31/12/21 Líquido	31/12/20 Líquido
Software	20%	4.853	(1.724)	3.129	3.919
Marcas e patentes	–	10	–	10	10
Intangível em andamento	–	–	–	–	185
Total		4.863	(1.724)	3.139	4.114

	Taxa anual de Amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	31/12/20 Líquido	31/12/19 Líquido
Software	20%	4.694	(775)	3.919	1.983
Marcas e patentes	–	10	–	10	10
Intangível em andamento	–	185	–	185	–
Total		4.889	(775)	4.114	1.993

A movimentação do intangível no exercício findo em 31/12/2021 e 2020 é como segue:

	31/12/20 Início do exercício	Adições	Amortização	Baixa	Movimentação Transferência	31/12/21 Final do exercício
Software	4.104	–	(949)	(26)	–	3.129
Marcas e patentes	10	–	–	–	–	10
Total	4.114	–	(949)	(26)	–	3.139

	31/12/19 Início do exercício	Adições	Amortização	Baixa	Movimentação Transferência	31/12/20 Final do exercício
Software	1.983	2.785	(664)	–	–	4.104
Marcas e patentes	10	–	–	–	–	10
Total	1.993	2.785	(664)	–	–	4.114

A Empresa realizou no decorrer dos anos de 2020 e 2019 a troca do seu sistema de processamento de dados de gestão. O aumento verificado na conta de software são decorrentes dos gastos realizados para a implantação do novo sistema. **13. Fornecedores:** O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo).

	31/12/21	31/12/20
Fornecedores nacionais	5.143	5.613
Fornecedores internacionais	11.476	9.107
Total	16.619	14.720

14. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Empresa é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Empresa entende que a provisão constituída de R$ 14.787 (R$ 14.003 em 31/12/2020) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Em contrapartida a Empresa realiza depósitos judiciais relacionados a demandas tributárias cujo assessores legais entendem como ganho provável em favor da Empresa.

Natureza processual	31/12/21	31/12/20
Cível	4	3
Tributário	14.615	13.860
Trabalhista	168	140
Saldo final	14.787	14.003

Os processos tributários demonstrados se referem substancialmente a processos de polo ativo. A Empresa possui liminar para realizar os pagamentos através de depósitos judiciais até que seja julgada a ação de forma definitiva. A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31/12/2021 e 2020 é como segue:

	31/12/21	31/12/20
Saldo inicial	14.003	13.893
Baixa/Reversão de processos cível	–	–
Início de ação jurídica de origem cível	–	–
Início de ação jurídica de origem trabalhista	54	22
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	(25)	–
Ação tributária depositada judicialmente	5.236	4.215
Ação tributária resgatada pelo trânsito e julga da ação	(4.481)	(4.127)
Saldo final	14.787	14.003

Os processos com probabilidade de perdas classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R$ 5.864 (R$ 4.061 em 2020), segregados nas seguintes esferas jurídicas:

	31/12/21	31/12/20
Tributário	4.811	3.367
Cível	167	46
Trabalhista	886	648
	5.864	4.061

Os valores depositados de natureza tributária, competem a liminar concedida para tributação de mercadoria importada com alíquotas diferenciadas das estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais.

	31/12/21	31/12/20
Natureza tributária	18.242	13.777
Natureza trabalhista	48	58
Outros	17	17
	18.307	13.852

15. Arrendamentos CPC 06 (R2): A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º/01/2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. a) Direito de uso: Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31/12/2021 e 2020 estão representados por aluguéis de imóveis e demonstraram a seguinte movimentação:

	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro	887	1.015
Adições	5	–
Amortização	(134)	(128)
Saldo em 31 de dezembro	758	887

b) Arrendamentos a pagar: Os saldos de arrendamentos a pagar em 31/12/2021 e 2020 estão representados por aluguéis de imóveis e demonstrados da seguinte forma:

	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro	956	1.054
Adições	5	–
Pagamento de principal	(111)	(98)
Pagamento de juros	(77)	(85)
Juros incorridos	77	85
Saldo em 31 de dezembro	850	956
Circulante	115	106
Não circulante	735	850

Os saldos têm vencimento conforme segue:	31/12/21	31/12/20
2021	–	105
2022	115	115
2023	126	126
2024	137	137
2025	149	473
2026	162	–
2027 a 2033	161	–
	850	956

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 20 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 2 meses pela Empresa. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. c) Efeito resultado: De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS16, conduiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, aumento de R$ 23 (R$ 31 de redução em 2020), em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. **16. IR e CS - correntes e diferidos:** a) Correntes: O IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a CS é calculada à alíquota de 9%.

	31/12/21	31/12/20
Lucro antes do IR (IRPJ) e da CS (CSLL)	12.002	1.185
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	(4.081)	(403)
Diferenças permanentes: Incentivos fiscais	1.161	1.058
Despesas indedutíveis	(1.001)	–
Créditos não constituídos	–	588
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	(3.921)	1.243
Correntes	(2.717)	(1.923)
Diferidos	(1.204)	3.166

b) Diferidos: O IR e a CS diferidos ativo são compostos como segue:

	31/12/21	31/12/20
Ativo:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	727	543
Provisão de comissões	1.095	492
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	203	540
Provisão para realização de Estoques	–	866
Base negativa de IRPJ/CSLL	2.804	6.303
Efeitos IFRS 16	78	63
Outras provisões	864	504
Total	5.771	9.311
Alíquota aplicável estimada	34%	34%
IR e CS diferidos	1.962	3.166

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CS estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a dez anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente base negativa de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. A Empresa, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 2.804 em 2021 (2020: R$ 6.303). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A expectativa de compensação do prejuízo fiscal da Empresa é de 2 anos. **17. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 31/12/2021 a composição de participação é a seguinte:

Sócios	31/12/21 Cotas	%	31/12/20 Cotas	%
OESA Comércio e Representações Ltda.	13.135.679	99,99	13.135.679	99,99
DFS Holding S.A.	1	0,01	1	0,01
	13.135.680	100,00	13.135.680	100,00

Reservas de incentivos fiscais: A reserva de incentivos fiscais é constituída por subvenção estadual para investimento de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/1976, bem como sua destinação. A reserva de incentivos fiscais tem por fim assegurar o uso da subvenção governamental na atividade da Empresa e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva de incentivos fiscais é de R$ 9.766 (R$ 6.350 em 31/12/2020). Distribuição de lucros: Durante o exercício a Empresa não distribuiu lucros. Os lucros referentes ao ano de 2020 foram destinados à reserva de lucros. Lucros (Prejuízos) acumulados: Durante o exercício de 2021, a Administração decidiu em Assembleia de Reunião dos Sócios a compensação dos prejuízos acumulados, referente ao ano-calendário de

2020, com a reserva de retenções de lucros acumulados.

18. Receita líquida:

	31/12/21	31/12/20
Receita de vendas de mercadorias	336.178	255.389
(–) Dedução da receita bruta: Impostos	(16.206)	(10.677)
Provisão para perdas esperadas com clientes	(975)	(1.485)
Devolução de vendas	(9.941)	(9.697)
Receita líquida	309.056	233.530

19. Custos e despesas por natureza:

	31/12/21	31/12/20
Mercadorias de revenda	(256.437)	(198.548)
Salários e encargos sociais	(4.740)	(5.919)
Serviços de terceiros	(12.641)	(8.559)
Comissões	(6.986)	(5.848)
Fretes e agregados	(11.355)	(7.762)
Aluguel e condomínio	(231)	(328)
Energia elétrica	(234)	(248)
Depreciação e amortização	(1.393)	(1.205)
Outras despesas, líquidas	(1.089)	(4.290)
	(295.106)	(232.707)
Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:		
Custo das mercadorias vendidas	(256.437)	(198.548)
Despesas com vendas	(11.975)	(10.996)
Despesas gerais e administrativas	(26.694)	(23.163)
Total	(295.106)	(232.707)

20. Outras receitas (despesas operacionais):

	31/12/21	31/12/20
Resultado na alienação de imobilizado	–	(160)
Indenização de seguros	–	160
Receita de descarga de mercadorias	132	–
Recuperação de despesas	113	–
Recuperação tributária (a)	1.570	–
AG13 Comercial Eireli (b)	(3.187)	3.057
	(1.372)	3.057

(a) No decorrer do ano de 2021, Companhia logrou êxito em processo que discute a tributação de pescado (Merluza) no Estado de Minas Gerais, com esse ganho a Empresa conseguiu recuperar valores de ICMS recolhidos no decorrer do processo. (b) Os valores a receber foram baixados pela irrecuperabilidade dos montantes por conta de venda de instalações da fábrica de Laticínios Luce Ltda., compreendendo bens do ativo imobilizado, saldos remanescentes de estoques, manutenção e itens de uso e consumo, firmado nos termos do instrumento de compra e venda celebrado em 23/03/2018 com AG13 Comercial Eireli. **21. Resultado financeiro:**

	31/12/21	31/12/20
Receitas Financeiras: Variação cambial ativa	608	1.095
Juros ativos	1.684	2.368
Descontos obtidos	148	750
Rendimentos de aplicações financeiras	12	17
	2.452	4.230
Despesas Financeiras: Variação cambial passiva	(1.185)	(5.960)
Juros passivos	(249)	(295)
Descontos concedidos	(818)	(664)
Outras despesas financeiras	(776)	(6)
	(3.028)	(6.925)
Resultado financeiro	(576)	(2.695)

22. Instrumentos financeiros: Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito: É o risco de prejuízo financeiro para a Empresa caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31/12/2021 e 2020 é como segue:

	31/12/21	31/12/20
Ativos: Caixa e equivalente de caixa	9.329	2.462
Contas a receber	18.113	17.595
Títulos a receber	1.018	3.187
	28.460	23.244

A política de gestão de risco determina que a Empresa avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidas. A Empresa possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Empresa em 31/12/2021:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	16.619	–	–
Arrendamentos mercantis	115	262	473
Partes relacionadas	534	18.750	–
	17.268	19.012	473

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. Risco de taxa de juros: a) *Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:* Esse risco advém da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021. Risco câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Empresa ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Empresa (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Empresa). A Empresa gerencia seu risco de câmbio por meio de fechamento de câmbio antecipado as quais se espera que devam ocorrer no período máximo de 30 dias. Sensibilidade à taxa de câmbio: A Empresa possui risco cambial pela exposição de fornecedores em moeda estrangeira, dólar americano (USD).

Fator de risco	Risco	Saldo 31/12/21	Efeito na despesa financeira Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Passivo						
Fornecedores	Aumento do dólar	11.476	8.607	14.345	5.738	17.214
Taxa do dólar utilizada - R$		5,5799	4,1849	6,9749	2,7900	8,3699

23. Cobertura de seguros: A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

	Cobertura
Incêndios	3.500
Perda de aluguel	300
Lucros cessantes	1.200
Danos morais	25
Vendaval	200
Responsabilidade civil	250
Danos elétricos	50
Impacto de veículos	100
Outros	55
	5.680

24. Eventos subsequentes: A administração da Empresa está acompanhando os possíveis impactos da COVID 19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Empresa não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Empresa. **25. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021:** As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas para emissão pelos Administradores em 17/08/2022.

Diretoria: Maurício Câmara - Diretor Presidente **Patrícia Diniz de Paiva** - Diretora Financeira **Contador: Vagner da Silva Serafim** - CRCPR - 060752/O-2 T SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da **Imperial Importação e Exportação Ltda.** Contagem (MG). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Imperial Importação e Exportação Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 17/08/2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC000048/F; **Cleverson Luís Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

AVISO DE CONCORRÊNCIA nº 004/2022 - PROCESSO 000286/2022

Contratação de empresa especializada para execução da pavimentação da Estrada Vicinal denominada Estrada do Catu. Data 17/10/2022 às 13:30 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

Oziel Gomes da Silva – Prefeito Municipal.

27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Execução nº. 2633532-84-2011.8.13.0024, que o Exequente: BANCO BRADESCO S/A CNPJ 60.746.948/0161-16 contra LEANDRO ALMEIDA DE LACERDA CPF 040.925.536-09 E OUTROS. Tal ação tem como objeto o crédito da parte Exequente para com os Executados na importância que até 24/08/2011 correspondia a R$ 51.033,91 (cinquenta e um mil, trinta e três reais e noventa e um centavos), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 004.223.377, ficando o débito em aberto, ocasionando o ajuizamento da presente ação. Estando o executado Leandro Almeida De Lacerda CPF 040.925.536-09, em local incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de citá-lo, para todos os termos da presente ação e para efetuar o pagamento da dívida acima apontada no prazo de 03 dias, nos termos do art. 829, do CPC. O pagamento do débito poderá ser parcelado em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, na forma do art. 916 do CPC. Os embargos poderão ser opostos, independentemente de penhora no prazo de 15 dias. Advirta-se de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 03 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e, que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 31 de março de 2022. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira. Luciano Fábio Marques de Brito, Escrivão Judicial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG**, informa que realizará Processo Licitatório 91/2022 Pregão Eletrônico N.º 72/2022 - **Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva em Sistema Elétrico Geral e Sistema IT Médico do Pronto Atendimento de SGRA-MG.** As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 2709/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 27/09/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico **https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia** e/ou **https://bll.org.br.**

S. G. R. Abaixo, 13 de setembro de 2022

Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que realizará **Processo Licitatório 89/2022 - Pregão Eletrônico N.º 70/2022 – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de camisas, para uso nos eventos e uniforme de funcionários, incluindo as demandas de suas diversas secretarias Municipal da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.** As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 26/09/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 26/09/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico **https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia** e/ou **https://bll.org.br**

S. G. R. Abaixo,12 de setembro de 2022

Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Saúde. Termo Supressão. Pregão Eletrônico SRP Saúde Nº 27-2022. **Processo de Compras nº 287/2022** – Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**. O Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracatu, Estado de Minas Gerais, torna público aos interessados que em virtude da solicitação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, ficam suprimidos os itens: **40, 42, 44** e **45** – da Proposta Comercial do Edital do Pregão em epígrafe. Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições as disposições editalícias originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente expediente que faz parte integrante e inseparável do Edital e seus Anexos. Fica mantida a data e o horário de realização do presente certame.

Paracatu-MG, 12 de Setembro de 2022

Danilo Alves dos Santos – Diretor do Departamento de Licitações.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 1152§3º do Código Civil

PANDA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA. Srs. HELDER ZECH COELHO, Sr. SÉRGIO BRUNO ZECH COELHO, Sr. LUIZ EYMARD ZECH COELHO e Sr. EDUARDO ZECH COELHO, no uso das atribuições, convoca, de acordo com as formalidades previstas na legislação, todos os quotistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22 de setembro de 2022, à na sede da sociedade, na Rua Antônio de Albuquerque, nº 301, loja 02 – Savassi, CEP: 30112-010, Belo Horizonte/MG, as 13h30 horas em primeira convocação e às 14h00 horas em segunda convocação para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

a) Transformação da sociedade em sociedade anônima, com submissão de seu estatuto na assembleia.
b) Permissão para a administração por apenas uma pessoa.
c) Eleição da diretoria.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2022.

Sr. HELDER ZECH COELHO, Sr. SÉRGIO BRUNO ZECH COELHO, Sr. LUIZ EYMARD ZECH COELHO e Sr. EDUARDO ZECH COELHO

Prefeitura Municipal de Belmiro Braga

Edital de Leilão 001/2022 – Proc. 171/2022 – **Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público leilão online a ser realizado através do site www.lucasleiloeiro.com.br em 03/10/2022 a partir das 10:00 horas, seus bens inservíveis: veículos e bens diversos. Local de visitação: Rua Joana Claudina, Centro, 329, (Parque De Exposições). Dias de visitação: 26/09/2022 a 03/10/2022, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site ou telefone: 37-3242-2218.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG

AVISO DE SESSÃO PARA APURAÇÃO DAS PROPOSTAS - PLANOS DE INSTALAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2022 - Processo nº 128/2022. O Município de Guaxupé - MG, torna público que realizará no **dia 19 de setembro de 2022, às 14:00 horas**, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 (pavimento superior) - Centro, Guaxupé-MG, sessão pública destinada à apuração das Propostas - Planos de Instalação das empresas participantes da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2022, Processo nº 128/2022, destinada à **alienação de imóveis - doação com encargos, destinada à seleção de empresas com vistas à implantação de empreendimentos no denominado "Pólo da Moda" no Município de Guaxupé/MG, nos termos da Lei Municipal nº 2116/2011, regulamentada pelo Decreto nº 1528/2012.** Caso não ocorra(m) pedido(s) de recurso(s), será dada continuidade aos procedimentos do certame nessa mesma sessão. Guaxupé, 13 de setembro de 2022. Rafael Augusto Olinto. Secretário Municipal de Administração

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Justiça de Primeira Instância - Comarca de / 13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - COMARCA DE BELO HORIZONTE-EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 60 dias. A Drª. Mariana de Lima Andrade, MM. Juíza de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente Alessandra Martins Thum, CPF nº 435.378.046-87, aqui denominada executada, nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo eletrônico nº 5138084-54.2018.8.13.0024, proposta por Edifício Marcelino Ferreira, estando tal executada em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LA para, querendo, efetuar o pagamento da quantia de R$ 35.216,82 (trinta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos) a ser acrescida de honorários advocatícios e custas iniciais no prazo de 03(três) dias. No caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. A executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 dias. A executada tem direito de parcelar o débito em até 06(seis) vezes na forma do art. 916 do CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Belo Horizonte, aos 26 dias do mês de abril de 2022. Eu, Rebeca Costa Figueiredo Lara, Escrivã Judicial., o conferi, subscrevendo-o, por ordem da MM. Juíza de Direito. Assinado eletronicamente por: REBECA COSTA FIGUEIREDO 26/04/2022 18:38:34 - https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam - ID do documento: 9443262564.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MESBLA

Av. Afonso Pena, nº.: 262 - Centro - Fone: (31) 3272-9606

E-mail: condominioedificiomesbla@yahoo.com.br

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Condomínio do Edifício Mesbla, representado pelo Síndico, com fundamento no artigo 1.348 do Código Civil e consoante cláusula 7ª, § 7.2 da Convenção de Condomínio, convoca através do presente edital, os senhores condôminos, inclusive os proprietários dos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º andares e do Banco Itaú (situado na loja térrea e subsolo), para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se-á Avenida Afonso Pena nº. 262, 15º andar, na sala 1508, do próprio Edifício, no dia 21 de setembro de 2022 às 16:00 horas em primeira convocação, com a presença de condôminos que representam 2/3 (dois terços) dos coproprietários e às 16:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número, conforme item 7.4 da Convenção, a fim de deliberarem sobre a matéria da seguinte ordem do dia:

a) Deliberação e aprovação do rateio de despesas extras da execução do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PSCIP) do Condomínio do Edifício Mesbla e aprovação da Proposta Técnica Comercial - 271/22, da Empresa Nacional de Engenharia e Projetos EIRELI, para que sejam realizadas as obras necessárias de adequação do edifício ao projeto aprovado junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do AVCB.

Conforme parágrafo 7.6 da Convenção, o coproprietário poderá fazer representar por outro, na Assembleia, mediante procuração com poderes especiais, na conformidade da ordem do dia, não prevalecendo e nem vigorando o mandato que não atenda a Convenção. Na forma do parágrafo 7.12 da Convenção, não poderão tomar parte na Assembleia, nela votar ou serem votados, os coproprietários que não tenham quitado suas quotas de rateio, com vencimento até 10/09/2022.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.

Gilberto Sousa Bandeira

Síndico

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE REVOGAÇÃO

Fica revogado o **PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 155/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2022** – Cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do ABASTECIMENTO de combustíveis (gasolina, diesel comum e S10, derivados de combustível e aditivos) e serviço de gerenciamento da MANUTENÇÃO preventiva e corretiva dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Itabira - PMI, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão, incluindo o fornecimento de combustíveis recomendados pelos fabricantes de acordo com as características de cada veículo, o fornecimento de peças, componentes, acessórios de reposição genuínos, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes, aditivos, etc.), inclusive, transporte suspenso por guincho e socorro mecânico, produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, em rede de oficinas e centro automotivos credenciados, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Itabira, 13 de setembro de 2022.

Gabriel Duarte de Alvarenga Quintão
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022 - PROCESSO 000288/2022

Contratação de empresa especializada para execução da obra de recomposição de via pública. Data 03/10/2022 às 13:30 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.Oziel Gomes da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 022/2022

A Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 022/2022, tipo menor preço por item (Km rodado) destinado a REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação/locação de veículo (tipo carro de passeio) para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 27 (vinte e sete) de setembro de 2022. Maiores informações, bem como Edital completo, junto a Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, com sede na Avenida Montes Claros, 900 - Centro, e-mail: licitacao@frutadeleite.mg.gov.br e site: frutadeleite.mg.gov.br

Fruta de Leite/MG, 13 de setembro de 2022

José Cardoso de Oliveira Júnior - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG**, informa que realizará **Processo Licitatório 90/2022 - Pregão Eletrônico N.º 71/2022** – Contratação de empresa especializada para fornecimento de andador especial, cadeira de banho e higiene e carrinho postural, atendendo as necessidades de paciente do município de São Gonçalo do Rio Abaixo. As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 28/09/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 28/09/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico **https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia** e/ou **https://bll.org.br/.**

S. G. R. Abaixo, 13 de setembro de 2022.

Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE DENTRO/MG
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

A Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG, torna público a quem interessar que estará realizando no dia 29/09/2022 às 08h00min, o PROCESSO LICITATÓRIO 076/2022, TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022, tipo menor preço por empreitada global, cujo objeto será a contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para continuação da execução da obra de construção de Centro de Educação Infantil, com fornecimento de materiais e mão de obra, obedecendo às tipologias dos projetos padrões do FNDE - Projeto 2 Convencional - PROINFÂNCIA - Termo de Compromisso nº PAC 2 9925/2014 - OBRA 130484. Cópia integral do edital e Informações complementares através do e-mail: pmcddlicita@gmail.com e site: curraldedentro.mg.gov.br, preferencialmente.

Jhene Franco da Silva - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA /MG

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2022, PRC Nº 300/2022

O Prefeito do Município de Guiricema, no uso de suas atribuições legais, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve REVOGAR o Processo no 300/2022, Concorrência Pública 007/2022 que tem por objeto contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução de obras de reforma e ampliação das escolas municipais Cel. Luiz Coutinho e José Antônio da Cunha, no Município de Guiricema-MG, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital.

Fundamentação: art. 49, da Lei Federal no 8.666/93 c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório, adequando-se aos ajustes indispensáveis.

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2022, PRC Nº 305/2022

O Prefeito do Município de Guiricema, no uso de suas atribuições legais, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve REVOGAR o Processo no 305/2022, Concorrência Pública 008/2022 que tem por objeto contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução de obras Construção da Biblioteca Municipal Augusto Meyer, edificação destinada à formação educacional e cultural, a ser construída na Praça Coronel Luiz Coutinho, Centro, Guiricema - MG conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital.

Fundamentação: art. 49, da Lei Federal no 8.666/93 c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório, adequando-se aos ajustes indispensáveis.

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2022, PRC Nº 308/2022

O Prefeito do Município de Guiricema, no uso de suas atribuições legais, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve REVOGAR o Processo no 308/2022, Concorrência Pública 009/2022 que tem por objeto contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para obra de execução de calçamento em bloquete na Rua Maria Dias Ferraz – Distrito de Tuiutinga, no Município de Guiricema - MG, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital.

Fundamentação: art. 49, da Lei Federal no 8.666/93 c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório, adequando-se aos ajustes indispensáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública Inexigibilidade de Licitação nº. 56/2022, Artigo 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Objeto: Contratação da Associação do Grupo Terra Preta para realização de apresentações artísticas culturais, CNPJ: 23.557.263/0001-00 para atender a demanda de eventos do município de Ouro Preto, com o valor global de R$ 12.600,00. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público a Adesão nº. 030/2022- Objeto: Adesão do Município de Ouro Preto À Ata de Registro de Preços Nº 072/2021, do Processo Licitatório Nº 0111/2021- Pregão Eletrônico por Registro de Preços Nº69/2021 realizado pelo ICISMEPI- Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba cujo objeto é a futura e eventual aquisição de medicamentos sólidos orais IV- "L" à "O", conforme especificações constantes no Termo de Referência, tendo como favorecida a empresa Comercial Cirurgica Rioclarence Ltda- CNPJ 67.729.178/0002-20 com o valor global de R$ 191.690,28. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público a Adesão nº. 031/2022- Objeto: Adesão do Município de Ouro Preto À Ata de Registro de Preços Nº 49/2022, do Processo Licitatório Nº13/2022- Pregão Eletrônico por Registro de Preços Nº09/2022 realizado pelo ICISMEPI- Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba cujo objeto é aquisição de equipamento mobiliário de escritório em geral, tendo como favorecida a empresa: Eflex Industria e Comércio de Moveis EIRELI - CNPJ 13.099.169/0001-92 , com o valor global de R$ 3.499,54. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública, para conhecimento dos interessados, a licitação do Pregão Eletrônico nº. 063/2022 – aquisição de trator e cortador de grama para manutenção dos campos de futebol do município. Recebimento das propostas por meio eletrônico no site www.bllcompras.org.br: De 19/09/2022 às 07:00 horas até 29/09/2022 às 17:00 horas. Início da Sessão de disputa prevista para o dia 30/09/2022 às 08:00 horas. Edital no site www.ouropreto.mg.gov.br, link Licitações e no site www.bll.org.br. Informações: (31) 3559-3301. Luciene F. Souza – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o resultado da Concorrência Pública nº. 004/2022, objeto: concessão de uso não remunerado e com encargos de terrenos pertencentes ao município de Ouro Preto. Licitante vencedor: Lacerda Empreendimentos Comerciais Ltda, CNPJ 04.241.656/0001-57, que foi a detentora da melhor técnica para o LOTE IV, obtendo 15 pontos, sendo 5 pontos no quesito geração de emprego e 10 pontos no quesito potencial poluidor da atividade industrial. O Município de Ouro Preto adjudica e homologa o presente objeto – Elis Regina da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação/PMOP.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO A SER REALIZADA EM 27/09/2022

Ficam convocados todos os interessados, para a realização da Assembleia Geral Constitutiva da Associação GRUPO DE APOIO POLITICO E SUSTENTABILIDADE, a realizar-se no próximo dia 27/09/2022, na Rua Santa Clara, nº 193, bairro Dom Silvério, Congonhas. A convocação dar-se-á às 18:30 horas com qualquer quórum dos presentes, onde instalar-se-á a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1º) Constituição da Associação e Aprovação do Estatuto;
2º) Eleição e Posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; e
3º) Designação da sede da associação.

Congonhas, 13 de setembro de 2022.
Marinella
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxx
Pela Comissão Organizadora

WELLINGTON DE MATOS SILVA. LEILOEIRO OFICIAL. JUCEMG 1162 faz saber que será levado a leilão na modalidade online os bens móveis (máquinas, tratores e outros) inservíveis ao 4° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE – ITAJUBÁ/MG. Leilão 001/2022. Dia: 29/09/2022 apartir de 14 hs no site www.wsleiloes.com.br. Os bens poderão ser visitados pelos interessados no 4º Batalhão de Engenharia de Combate - Praça Duque de Caxias, S/N- Varginha, Itajubá-MG. Dias: 19/09/2022 à 29/09/2022. Segunda à sexta-feira. Horário: Segunda-feira à quinta-feira de 08:00 às 11:30 e de 13:30 às 16:30. Na sexta-feira de 08:00 às 11:30. Maiores informações: (31) 9 9728-3092.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM - MG

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA. A Prefeitura Municipal de Baldim, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/1993 e arts. 26 e 32 da Resolução CD/FNDE nº 06 de 2020, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 049/2022 Dispensa de Licitação nº 007/2022, Chamada Pública nº 002/2022, na forma que segue: Síntese do objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à merenda escolar, Entrega de envelopes: Até 06/10/2022 às 09:00 horas Sessão de julgamento: 06/10/2022 às 09:00 horas Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Rua Vitalino Augusto, 635, Centro, Baldim-MG, tel. 31-3718-1255 email-licitacao@baldim.mg.gov.br. Baldim, 13 de setembro de 2022 Kênia Fernandes de Almeida e Silva. Presidente da Comissão

ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A

CNPJ/MF n.º 18.752.824/0001-83 NIRE: 3130004389-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de setembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social, na Fazenda do Engenho Seco, Zona Rural do Município de Sarzedo (MG), com o objetivo de **deliberar** sobre os seguintes assuntos:

i. Rerratificação da AGO de 16 de maio de 2022 através da qual foram aprovados o balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021, além da destinação do resultado, bem como reeleição da diretoria para o triênio 2022/2025;

ii. Outros assuntos de interesse da sociedade, entre eles a possibilidade de inclusão de novas atividades em seu objeto social.

Sarzedo-MG, 13 de setembro de 2022.
Bernardo de Mello Paz
Diretor Presidente

Congebras Alimentos S.A.

CNPJ nº 26.036.491/0001-14

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Ativo/Circulante		**34.635**	30.826
Caixa e equivalentes de caixa	4	**2.413**	1.765
Contas a receber	5	**12.138**	12.389
Estoque de mercadorias	6	**10.000**	11.940
Impostos a recuperar	7	**7.657**	2.516
Contas a receber com partes relacionadas	11	**546**	430
Lucros e dividendos a receber		**1.035**	1.030
Outros créditos		**846**	756
Não circulante		**242.686**	199.273
Depósitos judiciais	15	**817**	828
IR e CS diferidos	20b	**9.160**	6.419
Partes relacionadas	11	–	218
Investimentos	8	**218.236**	189.020
Imobilizado	9	**2.536**	563
Intangível	10	**2.743**	2.011
Ativo de direito de uso	21	**9.194**	214
Total do ativo		**277.321**	230.099

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Passivo/Circulante		**27.714**	22.349
Arrendamento	21	**2.538**	163
Fornecedores	13	**14.588**	15.213
Contas a pagar com partes relacionadas	11	**3.308**	1.574
Obrigações trabalhistas	14	**2.535**	2.280
Dividendos a pagar		**1.065**	763
Impostos a recolher		**460**	506
Outras contas a pagar		**3.220**	1.850
Não circulante		**18.233**	5.180
Arrendamento	21	**7.837**	72
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	**869**	1.054
Empréstimos com partes relacionadas	11	**7.043**	4.054
Outras contas a pagar		**2.484**	–
Patrimônio líquido	16	**231.374**	202.570
Capital social		**56.226**	56.226
Reserva de capital		**145.000**	145.000
Reserva de lucros		**91.217**	61.697
Transações entre sócios		**(61.069)**	(60.378)
Ajuste avaliação de avaliação patrimonial		–	25
Total do passivo e patrimônio líquido		**277.321**	230.099

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Incentivos fiscais	Transações entre sócios	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31/12/2019	5.608	115.522	2.429	533	(25.619)	64.044	–	25	162.542
Integralização de capital	50.618	29.478	–	–	(34.759)	–	–	–	45.337
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	(5.309)	–	(5.309)
Constituição reserva de legal	–	–	–	20	–	–	(20)	–	–
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	(5.329)	5.329	–	–
Saldos em 31/12/2020	56.226	145.000	2.429	553	(60.378)	58.715	–	25	202.570
Perdas de transações entre sócios	–	–	–	–	**(691)**	–	–	–	**(691)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	**29.793**	–	**29.793**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	**(298)**	–	**(298)**
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	**29.495**	**(29.495)**	–	–
Realização ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	**25**	–	**(25)**	–
Saldos em 31/12/2021	**56.226**	**145.000**	**2.429**	**553**	**(61.069)**	**88.235**	–	–	**231.374**

Demonstração do Resultado	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida	17	**185.299**	169.523
Custo das mercadorias vendidas	18	**(144.087)**	(137.314)
Lucro bruto		**41.212**	32.209
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	18	**(14.282)**	(12.404)
Despesas gerais e administrativas	18	**(36.226)**	(28.871)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**404**	(4)
Equivalência patrimonial	8	**35.478**	1.384
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**26.586**	(7.686)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	**1.427**	1.006
Despesas financeiras	19	**(961)**	(1.388)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		**27.052**	(8.068)
IR e CS: Correntes	20 a	–	(89)
Diferidos	20 a	**2.741**	2.848
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**29.793**	(5.309)
Lucro (Prejuízo) básico por ação - em reais		**1,861**	(0,332)

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/21	31/12/20
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**29.793**	(5.309)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**29.793**	(5.309)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**29.793**	(5.309)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**2.681**	1.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**968**	2.406
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros	**(184)**	876
Juros e variação cambial	**398**	83
Equivalência patrimonial	**(35.478)**	(1.384)
IR e CS diferidos	**(2.741)**	(2.848)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	**(705)**	(1.704)
Estoque de mercadorias	**1.940**	(1.675)
Partes relacionadas	**4.457**	3.034
Impostos a recuperar	**(5.131)**	(1.967)
Outros créditos	**(29)**	(573)
Depósitos judiciais	**11**	(695)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	**(854)**	898
Partes relacionadas	**1.734**	508
Obrigações trabalhistas	**246**	218
Impostos a recolher	**(479)**	(1)
Outras contas a pagar	**3.840**	824
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**467**	(5.478)
IR e CS pagos	–	(500)
Juros e variação cambial pago	**(398)**	(83)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**69**	(6.061)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	**(1.670)**	(1.809)
Aporte de capital para aquisição de controlado líquido do caixa adquirido	–	(80.096)
Caixa líquido em incorporação de controladas	**22**	–
Recebimento de dividendos	**5**	768
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.643)**	(81.137)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos controladores	–	80.096
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	–	
Captação (pagamento) de mútuo com partes relacionadas	**2.989**	3.571
Pagamento de arrendamento mercantil	**(767)**	(146)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**2.222**	83.521
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**648**	(3.677)
Caixa proveniente da aquisição:		
No início do exercício	**1.765**	5.442
No fim do exercício	**2.413**	1.765
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**648**	(3.677)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais: A Congebras Alimentos S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 11/03/1993 e possui sua sede na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto social o comércio, distribuição, importação e exportação, transporte de produtos alimentícios, no atacado e varejo, serviços de representação comercial por conta de terceiros, comércio atacadista de utensílios de uso doméstico como copos, talheres e utensílios de vidro, transporte rodoviário de cargas em geral municipal, intermunicipal e interestadual, comércio atacadista de condimentos, vinhos e derivados de uva, vinagres em geral, cachaça e outras bebidas alcoólicas, comércio atacadista de óleos e gorduras. **Participações societárias:** Em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia detêm as seguintes participações societárias:

	Data de aquisição	31/12/21 Direta	31/12/21 Indireta	31/12/20 Direta	31/12/20 Indireta
Desa Comércio e Representações S.A.	**16.06.16**	**31,25%**	–	41,82%	–
MGLOG Distribuição e Logística Ltda.	**12.08.13**	**99,99%**	–	99,99%	–
MGFRIO Armazém Gerais Ltda.	**18.10.03**	–	–	99,99%	–
Hok Transportes Ltda.	**16.06.16**	–	**31,25%**	–	41,82%
Imperial Importação e Exportação Ltda.	**20.12.18**	–	**31,25%**	–	41,82%
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	**06.03.20**	–	**31,25%**	–	41,82%
Cerealista Nova Safra Ltda.	**04.01.21**	–	**31,25%**	–	–
Flecha Foods Ltda.	**30.06.21**	–	**31,25%**	–	–
Frios Transportadora Ltda.	**30.06.21**	–	**31,25%**	–	–
Johann Alimentos Ltda.	**31.08.21**	–	**31,25%**	–	–
Nóia Alimentos Ltda.	**31.08.21**	–	**31,25%**	–	–

No ano de 2021, houve variação negativa de 10,57% (13,98% em 2020) na participação direta da Companhia na Desa Comércio e Representações S.A. devido a subscrição e integralização de capital social realizada pela Controladora, assim levando a diluição do investimento da Companhia. Combinações de negócios do exercício: Durante o exercício de 2021, através da sua investida Oesa Comércio e Representações S.A. ("Oesa"), a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas ao custo total de R$366.275: ***a) Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"):*** Em 04/01/2021 adquiriu a sociedade, pelo valor de R$ 154.085. A Empresa com sede na cidade de Contagem, MG, atua no comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista e varejista de água mineral, cerveja, chope, refrigerante, vinho e demais bebidas; comércio atacadista e varejista de outros produtos alimentícios, inclusive enlatados e congelados; comércio atacadista e varejista de artigos, utensílios, máquinas e equipamentos de uso pessoal e doméstico, material de limpeza, artigos de armarinho, artigos descartáveis, embalagens, vestuários e acessórios, artigos de EPI (equipamento de proteção industrial), artigos de higiene, maquinários e equipamento industrial para panificação, sorveterias, lanchonetes, mercearias e demais segmentos do comércio; importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, dos mesmos produtos; prestação de serviço de cursos, consultoria, assessoria, treinamento e desenvolvimento empresarial nas áreas de panificação, confeitaria e culinária. ***b) Flecha Foods Ltda. e Frios Transportadora Ltda. ("Flecha" e "Frios"):*** Em 30/06/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R$ 41.110. A Empresa com sede na cidade de Linhares, ES, atua no comércio atacadista de produtos alimentícios; fabricação de produtos de carnes; representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e promoção de vendas. ***c) Johann Alimentos Ltda. e Nóia Alimentos Ltda. ("Johann" e "Nóia"):*** Em 31/08/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R$ 171.080. A Empresa com sede na cidade de Estância Velha, RS, atua no comércio atacadista, importação e exportação de laticínios (leite e derivados); comércio atacadista, importação e exportação de carnes, aves e animais abatidos; comércio atacadista, importação e exportação de produtos alimentícios industrializados; comércio atacadista, importação e exportação de bebidas; comércio atacadista, importação e exportação de cereais beneficiados e leguminosos; transporte rodoviário de cargas de bebidas e produtos alimentícios; comércio varejista de laticínios, frios e conservas; comércio varejista de carnes; comércio varejista de produtos alimentícios; representação comercial de bebidas e produtos alimentícios; indústria, comércio e acondicionamento de produtos alimentícios; fornecimento de alimentação preparada, especialmente para consumo em empresas; e armazenamento de produtos por conta de terceiros, inclusive em câmaras frigoríficas, de produtos perecíveis e não perecíveis. 1.1.2. Transações societárias relevantes: No decorrer do exercício de 2021 a Congebras, com o objetivo de absorver as sinergias com seus negócios realizou a incorporação integral da sua investida MGFRIO Armazém Gerais Ltda. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são divulgadas de forma individual, pois, foram apresentadas de forma consolidade nas demonstrações financeiras da controladora DFS Holding S.A., a qual apresenta suas demonstrações financeiras utilizando também as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: *a) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário); b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato; d) Tributos; e) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros; f) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos; e g) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas* **4. Notas explicativas:** O conjunto completo das demonstrações financeiras e contábeis que a entidade apresenta ao final do exercício inclui: a) balanço patrimonial ao final do período; b) demonstração do resultado do exercício; c) demonstração do resultado abrangente do período; d) demonstração das mutações do patrimônio líquido; e) demonstração dos fluxos de caixa do período; f) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; as demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis na sede da empresa e no site publicado deste veículo de comunicação. **Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **5. Eventos subsequentes:** Foi celebrado em 12/01/2022, Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, para Aquisição da Fröhlich S/A Indústria e Comércio de Cereais datado em 28/10/2021, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Ivoti, RS. A Companhia possui operações de industrialização (atividades de fracionamento e acondicionamento de produtos), comercialização de produtos alimentícios em geral e alimentos para animais e distribuição de saneantes-domissanitários, cosméticos, produtos de higiene e perfumes. O preço de aquisição no montante de até R$ 147.500 com pagamento inicial de R$ 70.000, sendo que o restante será liquidado nos próximos 5 anos, considerando ainda uma parcela variável de até R$ 15.000 do preço de aquisição tendo algumas metas atingidas e líquido de eventuais montantes objeto de retenção e/ou compensação.

	31/12/21		31/12/21
Ativo circulante	89.937	Passivo circulante	34.381
Ativo não circulante	13.263	Passivo não circulante	629
		Patrimônio líquido	68.190
Total dos ativos	**103.200**	**Total dos passivos e patrimônio**	**103.200**

Diretoria: Mauricio Câmara - Diretor Presidente
Patricia Diniz de Paiva - Diretora Financeira
Contador: Vagner da Silva Serafim - CRCPR - 060752/O-2 T SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Diretores da **Congebras Alimentos S.A.** - Ribeirão das Neves (MG). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Congebras Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 as demonstrações financeiras, a controlada Oesa, juntamente com outras empresas distribuidoras da região de Santa Catarina, estão sendo investigadas pelas autoridades em virtude de denúncia realizada acerca de supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. Em 31/12/2021 os fatos ainda estavam sendo apurados pelas autoridades e, nesse momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou sua controlada decorrente deste processo de investigação externo, nem seus eventuais efeitos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 15 de agosto de 2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC000048/F; **Cleverson Luis Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

P. L. nº 66/22 - P.E. SRP nº26/22. Obj: Fornecimento de materiais e equipamentos de informática, eletrônicos, eletroportáteis, móveis, eletrodomésticos e outros. **Abertura: dia 27/09/2022 às 13h30m.** Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no email: licitaponte10@gmail.com.

São João da Ponte, 13/09/22. Guilherme Tadeu R. Santos. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

P. L. nº 63/22 - P.E. nº23/22. Obj: Aquisição de 01 Aparelho de Ultrassom Diagnóstico sem Aplicação Transesofágica, conforme Res. SES/MG nº 8.183 de 06/06/2022. **Abertura: dia 26/09/2022 às 08h00m.** Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no email: licitaponte10@gmail.com.

São João da Ponte, 13/09/22. Guilherme Tadeu R. Santos - Pregoeiro.

CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo 025/2022 - Pregão Eletrônico 011/2022 - Objeto: Aquisição de 01 veículo 0km. Nova data de Abertura e julgamento: dia 22/09/2022 às 09:00 horas. Informações: www.convales.mg.gov.br e www.bnc.org.br.

Arinos-MG, 13/09/2022
Luan Vinicius Rodrigues de Lima - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA/MG

Processo Licitatório nº 148/2022, Tomada de Preços nº 010/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de construção de pontes no Município, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projeto Básico e demais anexos. Entrega dos envelopes: até 30/09/2022 as 08:50 horas; Abertura: 30/09/2022 às 09:00 horas. Edital e anexos no Site; www,simonesia,mg,gov,br, Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, de 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min ou e-mail: licitacao@simonesia,mg,gov,br, pessoalmente na sede da Prefeitura, Simonésia/MG, 13 de setembro de 2022. Rayssa Terra Mansur Muniz – Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº028/2022. Objeto: Aquisição de medicamentos padronizados em atendimento ao setor de Assistência Farmacêutica Municipal a pedido da Secretaria de Saúde. Abertura: 27/09/2022 às 08:45min. Edital e Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacaoprefeituradem ariana@gmail.com. Tel: (31)35579055. Mariana 13 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG – Aviso de Republicação - Tomada de preço Nº 001/2022. REPUBLICAÇÃO. Objeto: Contratação de empresa para construção da Unidade de Saúde Padrão UBS Arena, no Município de Mariana MG Abertura: 04/10/2022 às 09:00min. Edital e Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacaoprefeituradem ariana@gmail.com. Tel: (31)35579055. Mariana 13 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

P. L. nº 54/22, P.E nº 20/22. Obj.; fornecimento de veículos, zero quilômetro - modelo 2022/2022 para transporte de equipe na Estruturação da Atenção Primária à Saúde, por meio da Res SES/MG 8.096 de 18/04/22. Contrato nº 147/22 - Contratada: KIVEÍCULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 44.403.694/0001-83 V. total: R$155.600,00. Vig: 23/08/22 à 22/08/23.

Danilo W. Veloso - Prefeito. 23/08/22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTRATO P. L. nº 55/22 - P.E nº 21/22. Obj.; Contratação de empresa habilitada na área de Engenharia Elétrica, especializada para adequação de tarifas das contas de energia, devolução dos valores indevidamente cobrados, conforme previsto na REN nº 414 da ANEEL e suas atualizações. Contratada: IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI, CNPJ: 13.601.773/0001-75. V. total: R$240.500,00. Danilo W. Veloso - Prefeito. 23/08/22.

CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES
PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO

Torna público que está recebendo pelo site www.licitardigital.com.br, documentação para credenciamento eletrônico de prestadores de serviços na área da saúde para atendimento à população dos municípios consorciados, conforme credenciamento eletrônico 002/2022, regido pela lei 8.666/93. Edital disponível na plataforma e no site www.convales.mg.gov.br. Arinos-MG, 13/09/2022. Luan Vinicius Rodrigues de Lima - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

EXTRATO DE CONTRATO P. L. nº 56/22, P.E nº 22/22. Obj.; Aquisição de filtro químico mediante recursos próprios e aquisição de Colorímetro microprocessado digital, conforme Res. 7.799 de 21/10/21 e Portaria de Cons. nº 05, de 28/09/17 Anexo XX, alterado pela Portaria GM/MS Nº 888, de 04/05/21. Contrato nº 149/22 - Contratada: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI. CNPJ: 27.263.741/0001-11 V. total: total: R$2.500,00. Vig: 25/08/22 à 24/08/23. Danilo W. Veloso - Prefeito. 25/08/22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

P. L. nº 64/22 - P.E. SRP nº24/22. Obj. Fornecimento de veículos zero quilômetro, tipo Pick-Up/Caminhonete, cabine simples de dois lugares e Pick-Up/Caminhonete, cabine dupla de cinco lugares, ano fabricação - modelo 2022/2022 ou superior. **Abertura: dia 26/09/2022 às 13h00m.** Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no email: licitaponte10@gmail.com.

São João da Ponte, 13/09/22. Guilherme Tadeu R. Santos. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

EXTRATO DE CONTRATO P. L. nº 55/22, P.E nº 21/22. Obj.; Contratação de empresa habilitada na área de Engenharia Elétrica, especializada para adequação de tarifas das contas de energia, devolução dos valores indevidamente cobrados, conforme previsto na REN nº 414 da ANEEL e suas atualizações. Contrato nº 148/22 - Contratada: IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI. CNPJ: 13.601.773/0001-75 V. total: R$240.500,00. Vig: 24/08/22 à 23/08/23.

Danilo W. Veloso - Prefeito. 24/08/22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTRATO P. L. nº 54/22 - P.E nº 20/22. Obj.; fornecimento de veículos, zero quilômetro - modelo 2022/2022 para transporte de equipe na Estruturação da Atenção Primária à Saúde, por meio da Res SES/MG 8.096 de 18/04/22. Contratada: KIVEÍCULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 44.403.694/0001-83. V. total: R$155.600,00.

Danilo W. Veloso - Prefeito. 22/08/22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTRATO P. L. nº 56/22, P.E nº 22/22. Obj.; Aquisição de filtro químico mediante recursos próprios e aquisição de Colorímetro microprocessado digital, conforme Res. 7.799 de 21/10/21 e Portaria de Cons. nº 05, de 28/09/17 Anexo XX, alterado pela Portaria GM/MS Nº 888, de 04/05/21. Contratada: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI, CNPJ: 27.263.741/0001-11, V. total: R$2.500,00.

Danilo W. Veloso - Prefeito. 24/08/22.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP
AVISO DE LICITAÇÕES

O CIESP torna público que se encontra aberto o processo de licitação - **PROCESSO 038/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022 - TIPO MENOR PREÇO - Objeto: Aquisição de filme laser para atender a demanda do setor de radiologia do CIESP.** - cf. especificações detalhadas do Edital. Data da realização do certame: **26/09/2022 às 09:00 horas** - As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Sendo que o edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico: https://ciesp.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/em-andamento/ ou solicitados pelo e-mail: licitacao@ciesp.mg.gov.br

Dispensa de Licitação nº 004/2022 – Processo nº 084/2022

O Diretor Presidente do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas – MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a justificativa anexa ao processo, o parecer jurídico favorável, e enquadrando a situação no Art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8666/93 para o Serviço de Manutenção Emergencial de Bomba Esco Modelo HMEB/2 nº de série 4296 instalada na captação de água da ETA V, incluindo o Fornecimento e Substituição de peças, conforme documentos anexos ao processo, decide: Adjudicar, Ratificar e Homologar a proposta da empresa DOUGLAS ALVES DAMASCENO, inscrita no CNPJ sob o nº 35.561.552/0001-53 pelo valor total de R$ 79.733,44 (Setenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos); Validade da proposta: 60 (sessenta) dias; Condições de Pagamento: 30º (trigésimo) dia do recebimento definitivo do objeto; Prazo de entrega/execução: 30 (trinta) dias consecutivos; Vigência: 06 (seis) meses. Poços de Caldas, 12 de setembro de 2022. Paulo Cesar Silva – Diretor.

EDITORA: JANAÍNA FONSECA
jmaria@hojeemdia.com.br

RÁPIDO, MAS VULNERÁVEL

REGRA QUE LIBERA AUXÍLIO-DOENÇA SEM PERÍCIA MÉDICA RECEBE APOIO E CRÍTICAS

JANAÍNA FONSECA*
jmaria@hojeemdia.com.br

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Agendamento de perícia médica presencial pode demorar meses, deixando trabalhador incapacitado desamparado

O agendamento de perícias médicas no INSS é motivo de muita dor de cabeça e exige paciência dos trabalhadores que precisam do auxílio por incapacidade temporária – o antigo auxílio-doença. A queixa é generalizada e a demora impacta no recebimento do benefício, deixando muitas famílias desamparadas. Essa situação pode começar a mudar com a sanção da Lei nº 14.441, feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no início deste mês.

O texto decorrente da Medida Provisória (MP) 1.113/2022 flexibiliza as perícias, dispensando o trabalhador de passar por exame presencial. Para conseguir que o pedido seja analisado, basta que o trabalhador apresente laudos e atestados médicos que comprovem a incapacidade.

Segundo o governo federal, o objetivo é reduzir o prazo de espera do agendamento do Serviço de Perícia Médica Federal, que atualmente leva em média 60 dias e conta com 738 mil pedidos pendentes.

FRAGILIDADE

No entanto, há questionamentos sobre a fragilidade da flexibilização, que facilitaria a ocorrência de fraudes, já que o pleiteante ao benefício não precisaria passar pela análise presencial de um médico perito do INSS.

A Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) soltou uma nota de repúdio à mudança. A alegação é a de que a dispensa de passar por um profissional para atestar a incapacidade de trabalho é irregular e causa "enorme vulnerabilidade" ao sistema previdenciário.

"Até mesmo o mais leigo entre os profissionais de medicina sabe que a avaliação da incapacidade laborativa exige necessariamente a submissão do periciando ao exame presencial, único que permite a efetiva averiguação das reais condições fisiológicas do indivíduo e que possibilita o alcance de conclusão técnica sobre o seu real estado", afirma a entidade.

No entanto, advogados da área previdenciária acreditam que a nova regra deve beneficiar o trabalhador. "A lei traz benefícios ao segurado quanto à celeridade do processo administrativo, pois um dos motivos que gerava grande morosidade desse procedimento era o excesso de perícia a ser realizada", afirma a advogada Fabiane Azevedo, que atua em um escritório especializado na área previdenciária.

Ela admite que o risco de fraude existe sem a avaliação presencial, pois os documentos podem ser falsificados ou não indicar a real situação do trabalhador. "A pessoa pode não estar incapacitada, pegar um laudo com algum médico e anexar no site do INSS. O perito não terá como comprovar a incapacidade", afirma. Mas ela acredita que quem entra no site para fazer o pedido realmente está precisando, além do fato de que o documento médico passa primeiro pela empresa onde a pessoa trabalha.

A saga para conseguir agendar a perícia médica é comum e gera muito desgaste ao beneficiário. Lucimar Bezerra da Silva, de 46 anos, chegou a esperar dez meses para conseguir fazer a consulta com um médico do INSS.

Ele caiu de um telhado em 2020 e, desde então, está afastado buscando auxílio no INSS. A primeira perícia foi marcada com dois meses. Ele ficou um ano afastado e o benefício encerrou. Então, pediu extensão do benefício e a nova perícia demorou dez meses para ser agendada. Desistiu e entrou na Justiça.

"A situação é desesperadora. Eu não consigo trabalhar, não consigo ficar de pé. Em casa eu ando de muleta. Dependo da ajuda de amigos que, às vezes, me dão algum serviço possível de fazer sentado, mas não dá para viver assim", diz.

*Com Hermano Chiodi

ALÉM DISSO

O atestado ou laudo médico, além de legível e sem rasuras, deve conter as seguintes informações: nome completo do requerente, data da emissão do documento (que não poderá ser superior a 30 dias da data de entrada do requerimento), informações sobre a doença ou CID, assinatura e carimbo do profissional com o registro do conselho de classe, data de início e prazo do afastamento.

Caso o segurado já tenha agendado perícia médica presencial, poderá optar pela análise documental a distância desde que a data de emissão do atestado ou laudo não seja superior a 30 dias da data de quando fizer a opção pela análise documental.

Os benefícios concedidos por meio da análise de atestado não poderão ter duração superior a 90 dias. Um requerimento para novo benefício por meio da análise de atestado somente será possível após 30 dias da última análise realizada.

> A advogada Fabiane Azevedo ressalta que é preciso observar, ao longo do tempo, se a ausência de perícia presencial irá gerar malefícios ao beneficiário que possa ter o pedido do benefício negado. "A análise somente de documentos pode não demonstrar a real necessidade do indivíduo que se encontra em situação de incapacidade e necessidade"

opiniao@hojeemdia.com.br

UM A MENOS OU UM A MAIS?

JOSÉ ROBERTO LIMA

Muitos candidatos a um cargo cometem o equívoco de sonharem - apenas sonharem - com a aprovação. E ficam em constante devaneio, sem o necessário esforço nos estudos. E, quando chega o dia da prova, o sonho vira pesadelo.

Pessoas assim pensam em vitória ou derrota como se fosse um evento que se verifica apenas no dia em que se divulga a lista de aprovados. E as vitórias de cada dia? E as vitórias ao final de cada lição? Essas pequenas vitórias é que fazem a diferença nos concursos.

Façamos uma analogia com o futebol. É claro que vence quem marca mais gols. Mas, ressalvando algum raro lance de sorte, a equipe que chega ao gol é a que acumulou pequenas vitórias durante a partida.

Cada jogada adversária que os zagueiros anulam é um perigo a menos. Cada drible para armar o contra-ataque é uma chance a mais de gol. E assim, no somatório de perigos a menos e chances a mais, forma-se um time vencedor.

O mesmo ocorre em todo e qualquer objetivo ou plano de vida. Por exemplo: se você sonha em parar de fumar, não desanime porque acabou vencido pela vontade. Em vez disso, comemore cada cigarro a menos que você deixou de fumar. E não desista desse objetivo.

Se você sonha em passar num concurso, não se dê por vencido porque há muito conteúdo a ser estudado e aprendido. Prefira comemorar, a cada dia, uma lição nova que você aprendeu. Não demorará muito e você acumulará pequenas vitórias que te levarão às grandes conquistas nas provas.

E assim, comemorando diariamente um pequeno obstáculo a menos, ou um pequeno triunfo a mais, você fará diferença em todos os seus objetivos. É assim nos estudos, nas relações afetivas, na formação de um patrimônio, etc. E é assim também nos concursos.

Então, dê uma pausa nesta leitura. Agora, vá até aba de comentários e me diga: Qual foi, ou qual será, o seu pequeno obstáculo a menos de hoje? Qual foi, ou qual será, o seu pequeno triunfo de hoje?

A todos eu desejo bons estudos.

Advogado, professor de Direito Penal, autor de "Como passei em 16 concursos" e "Pedagogia do advogado". Escreve neste espaço às quartas-feiras

COLUNA ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI

BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2022 - Nº 3437

FLORESTA ELEITORAL

Numa canetada com vistas a votos, o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tenta reeleição, regularizou duas invasões ilegais dentro da Floresta Nacional de Brasília, criada há décadas para preservação da natureza no cerrado no entorno da capital. E não está sozinho nisso. O projeto de lei sancionado é de autoria da deputada Flávia Arruda (PL-DF), que agora concorre ao Senado, e relatado pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que disputa o GDF. Todos visaram votos. Hoje moram cerca de 40 mil pessoas nos "assentamentos" 26 de Setembro e Maranata. A área tem serviços do Governo do DF mas é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Questionado pela Coluna, o órgão não se pronunciou. A Flona passa a ter agora pouco mais de 5 mil hectares, ante os 9 mil hectares de antes da lei que legalizou a invasão – e isso é preocupante, porque estimula novas invasões do restante da reserva, com vistas a outras canetadas futuras. O ICMBio não informou também se haverá, e onde, a compensação pela perda por esta parte do bioma para a especulação imobiliária e grileiros.

RADIOGRAFIA DAS EMBAIXADAS

As embaixadas no Brasil tratam as eleições como prioridade. Diplomatas buscam analistas para entender o movimento das ruas e o que eles sabem das relações com o Governo. Marcelo Rech, diretor do Instituto InfoRel, palestrou em quatro embaixadas em uma semana. Segundo Rech, as percepções dos estrangeiros são diferentes quanto ao tratamento. Nos telegramas, embaixadores reconhecem que o Brasil vai muito bem se comparado com a América Latina, os EUA e Europa. Publicamente, preferem não tecer comentários que possam ser vistos como de apoio ao presidente Bolsonaro.

MISTÉRIO NO RIO

A surpreendente prisão do ex-chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Allan Turnowski, que disputa a eleição para deputado federal, reacendeu a briga velada entre a Polícia e o Ministério Público – autor do pedido de mandado de prisão – sobre o poder de inquérito que os procuradores sonham ter. Isso causa racha também em Brasília entre o MPF e a PF. Um mistério continua. Enquanto o MP aponta indícios de envolvimento de Allan com o jogo do bicho, não explica por que documentos sigilosos da operação no Jacarezinho, carimbados pelo MP, foram encontrados com traficantes alvos.

TRAGÉDIA SEGUIDA

A tragédia anunciada é pouca para um Brasil que desprotege os seus mais necessitados e onde há brecha jurídica para confusões ideológicas num assunto tão polêmico – e que envolve a saúde. A garota de 11 anos que engravidou por estupro, e ganhou o bebê, foi estuprada novamente no interior do Piauí. O acusado do primeiro crime foi assassinado. Ela não revela agora quem é o responsável pela segunda gestação. Fica o script assim, por ora: uma criança de 11 com dois filhos, e uma briga entre abortistas e religiosos sobre o que fazer com a segunda gravidez. A menina, confusa, em meio a tudo isso.

E O ENSINO?

Nos últimos quatro anos os gastos do Governo Federal com o ensino médio da região Centro-Oeste diminuíram drasticamente. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos mostram que, em Goiás, o Fundo da Educação de 2020 apresentou queda de cerca de R$ 2 bilhões em relação ao ano anterior. No Distrito Federal, o valor autorizado para 2022 foi de R$ 5 bilhões, sendo menor que os R$ 5,6 bilhões de 2021.

AVANÇOS

A FGV prevê crescimento entre 4,5% e 5% do mercado imobiliário. De acordo com o IBGE, o setor avançou 2,7% no 2º trimestre de 2022, em relação ao 1º trimestre do mesmo ano. Em outra ponta, o Índice Abrasmercado mostra que os preços de alimentos básicos como óleo de soja, feijão, arroz, açúcar e hortifruti tiveram quedas em julho, aumentando o consumo nos lares brasileiros em cerca de 7,75%. No ano, o consumo nos lares acumula alta de 2,57%. Na comparação com junho de 2021, a alta é de 8,02%.

Com Walmor Parente, Carolina Freitas, Sara Moreira e Izânio Façanha

LUTE

HOJE EM DIA

RODRIGO CHEIRICATTI
DIRETOR-EXECUTIVO
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

IRACEMA BARRETO
Editora Chefe

EDITORES-EXECUTIVOS
Ana Paula Lima
Lunarde Teles (Imagem)

GERAL:
(31) 3253-2205

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br

COMERCIAL - SP/RJ/DF/MG
Rodrigo Cheiricatti
(31) 3253-2205 - (31) 98884-6999
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2205
atendimento@hojeemdia.com.br

PUBLICIDADE LEGAL
EDITAIS E BALANÇOS
Maria Emilia Rodrigues
(31) 98722-9241
Simone Amorim
(31) 99642-9883
fonados@hojeemdia.com.br

REDAÇÃO
(31) 98466-5170
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030 -BeloHorizonte-MG

EDIMINAS S/A
Editora Gráfica Industrial de MG

ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

COROA BRITÂNICA, INCLUSÃO E MEIO AMBIENTE

ANDRÉ NAVES*

A vida humana é permeada de simbolismos. Esses, por sua vez, podem ser encontrados nas nossas mais diversas experiências. Exemplo disso é a peça teatral shakespeareana "Ricardo III", em que o protagonista é uma pessoa com deficiência extremamente cruel, sanguinária e cheia de contradições. Com isso, William Shakespeare, mediante o uso cultural e poético das palavras, evidenciou o óbvio: assim como toda pessoa, aquelas com deficiência também são humanas e, portanto, passíveis de todos os vícios de caráter que afligem a sociedade.

Escrita nos fins do século XVI, essa obra, além de tantas outras mensagens, constitui um libelo a favor da inclusão. Ricardo III, "deformado, não-finalizado", de acordo com suas próprias palavras, é a marca de que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas, com todas as dores e delícias existentes na aventura humana.

O poema teatral shakespeareano é uma mostra de como a cultura põe a desnudo a essência individual e coletiva, trazendo ensinamentos, antes restritos aos ambientes da técnica, a todas as pessoas de maneira indistinta. Podemos resumir dizendo que a cultura é uma das mais importantes ferramentas de inclusão, exatamente pelo seu papel de fazer ressoar mensagens que, apesar de óbvias, teimam em ficar escamoteadas pelos mais influentes atores sociais.

Nesse sentido, como forma de democratizar o acesso aos principais aparelhos culturais e, assim, impulsionar a inclusão social, a monarquia britânica, chefiada pela então Rainha Elizabeth II, mantém os museus públicos da Grã-Bretanha e promove livre acessibilidade a todos os interessados.

A difusão democrática da cultura era tão importante para a Rainha que em sua visita ao Brasil, em 1968, ela fez questão de inaugurar o Masp. Na mesma viagem, ela apertou a mão do nosso grande rei, Pelé, e o inspirou na luta incansável pela infância: somente a Educação, coordenada com Esporte, Cultura e Proteção Social, pode eliminar as barreiras estruturais do preconceito e da exclusão.

Com a morte de Elizabeth II, seu filho assumiu o título de Rei Charles III e promete continuar na promoção dos valores da Inclusão, da Cultura e da Infância. No entanto, sabe que para continuar nessa busca, um novo valor deve ser almejado: a sustentabilidade ambiental.

Ainda em suas atividades como príncipe, Charles já vinha indicando que o meio ambiente será um dos temas fundamentais de seu reinado. Ora, para que uma sociedade seja inclusiva, ela deve ser ambientalmente sustentável. É que a chamada emergência climática, causada pela desenfreada exploração humana do patrimônio natural, potencializa as barreiras já existentes, além de determinar outras tantas.

Pessoas marginalizadas, excluídas ou precariamente incluídas normalmente moram nas áreas mais vulneráveis a intempéries e eventos climáticos extremos. Da mesma maneira, as consequências da destruição da natureza acarretam maiores problemas de saúde, além de enfraquecer a atividade econômica. Ora, com a saúde debilitada, não se consegue inclusão educacional, nem no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, com depressão econômica, vagas de trabalho são eliminadas e aumentam o desemprego, o subemprego e a carestia.

A piora da vida individual majora as pressões coletivas e sociais por soluções imediatas. É por isso que o discurso de ódio, a violência, a prática sectária, o autoritarismo e o populismo crescem em épocas de crise e carestia.

As pressões populistas por parte da população pioram o ambiente de negócios e, como consequência, deprimem ainda mais a atividade econômica. E essa recessão econômica, ao destruir os pilares da proteção social, levanta novos obstáculos à inclusão educacional, dificultando, ainda mais, a Liberdade Social e a Igualdade de Oportunidades.

A carestia potencializada pelo populismo e pela exclusão acaba por determinar novas atitudes populistas e maiores barreiras exclusivistas: os preconceitos e os ódios bebem na fonte da crise econômico-social, ao mesmo tempo em que são realimentados por ela.

A monarquia é um símbolo. O novo Rei Charles III tem plena consciência disso, ao mesmo tempo em que sabe que só com a reversão da atual maneira de exploração ambiental será possível a proteção à infância, que se materializa com educação, esporte, cultura e proteção social, determinando a construção de uma sociedade inclusiva e, acima de tudo, justa.

*Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos e Sociais. Escritor, professor e palestrante

EDITOR ADJUNTO: MARCELO RAMOS
miramos@hojeemdia.com.br

GM/DIVULGAÇÃO

100% ELÉTRICO

CHEVROLET APRESENTA VERSÃO DEFINITIVA DO EQUINOX EV, QUE VEM PARA O BRASIL

MARCELO JABULAS
@mjabulas

Todo dia tem anúncio de um novo automóvel elétrico. Curiosamente, a maioria deles é composta por SUVs. E não se trata de coincidência. Afinal, o utilitário-esportivo é a opção de carroceria mais procurada do mercado, não só aqui, mas no mundo todo.

Diante disso, a forma mais segura para amortizar os custos bilionários da eletrificação é apostar num SUV. A General Motors sabe muito bem disso, e na pele.

O Bolt EV é um carro bacana, mas sua carroceria compacta e estilo monovolume fazem o consumidor pensar duas vezes antes de levar esse carro para casa. Mas com o Equinox EV, a banda vai tocar diferente.

O SUV eletrificado não se parece em nada com a versão a combustão vendida por aqui. O modelo tem desenho futurista e atlético, com rodas de 19, 20 e até 21 polegadas que garantem um estilo bem mais agressivo que o irmão.

Com preços na faixa de US$ 30 mil (R$ 152.700), a GM quer fazer do Equinox EV seu carro-chefe. "Estamos em um ponto de virada em que os EVs serão a escolha principal para a próxima geração de clientes e a Equinox EV liderará essa carga para nós", afirma a presidente e CEO da General Motors, Mary Barra.

O modelo será oferecido em duas versões: LT e RS. A primeira conta com motor de 213 cv e 33 kgfm de torque, já a segunda conta com motorização dupla de 294 cv, 48 kgfm de torque e tração integral.

A autonomia pode variar de 400 a 480 km. A GM afirma que é possível recuperar carga para 110 km em menos de 10 minutos, quando conectado numa fonte de alta potência de 150 kW. Já num Wallbox de 11 kW o SUV acumula carga para 55 km a cada hora.

O pacote de conteúdos oferecerá tudo que é padrão num elétrico que pretende disputar uma faixa superior à praticada pelo Bolt. Ele contará com assistentes de condução, climatização individual, sistema de conectividade e tudo mais que se espera de um SUV elétrico.

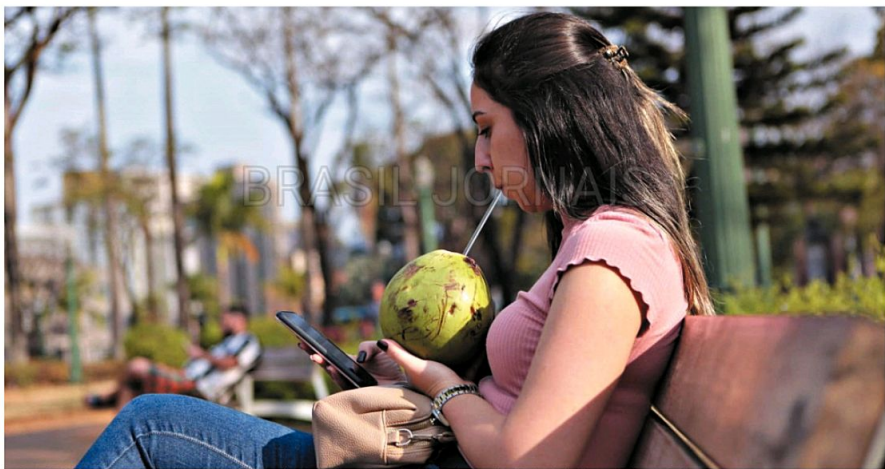
BRASIL

O Equinox EV está cotado para chegar ao Brasil. Por aqui, sua estreia deve acontecer até 2025. Se fosse lançado hoje, o modelo custaria algo em torno de R$ 450 mil.

EDITOR: RENATO FONSECA
rfonseca@hojeemdia.com.br

VIRADA NO CLIMA

FRIO EM UM DIA, CALORÃO NO OUTRO: ENTENDA AS MUDANÇAS E COMO CUIDAR DA SAÚDE

FERNANDO MICHEL

Abuse da hidratação nesses dias de tempo seco; beber água (mesmo se não estiver com sede) é fundamental; umidade relativa do ar pode ficar abaixo dos 30% em BH

RODRIGO DE OLIVEIRA
rsilva@hojeemdia.com.br

Após dias de baixas temperaturas – inclusive com alerta emitido pela Defesa Civil no último feriado –, o calorão veio com tudo em Belo Horizonte, com os termômetros acima dos 33° C nesta terça-feira (13).

No fim de semana, a previsão é de tempo ameno. As reviravoltas no clima são características desta época do ano, devido à mudança de estação. A "gangorra" térmica, no entanto, demanda cuidados com a saúde.

Por volta das 15h desta terça, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) registrou exatos 33,3° C na Estação Pampulha. No feriado do 7 de Setembro, a máxima não passou de 25°C na capital, com mínima de 9°C.

"Até quinta-feira (15), a máxima deve ser de 34º. A partir de sexta (16), deve cair para 31º e, no fim de semana, não deve passar de 25º", informou o meteorologista do Inmet, Claudemir de Azevedo.

Além das mudanças típicas da virada do inverno para a primavera, o especialista destaca a presença de uma massa de ar frio, que sai do Sul e chega ao litoral do Sudeste. "Ela passa por Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e chega a Minas".

CUIDADOS COM A SAÚDE

Seja nos dias de baixas temperaturas da semana passada ou no calorão atual, os cuidados à saúde não podem ser ignorados. O risco maior não se deve à mudança brusca, mas ao tempo seco que castiga Belo Horizonte.

A Defesa Civil emitiu novo alerta, válido até 18h de quinta-feira (15), sobre uma massa de ar seco, que deixa os índices de umidade relativa do ar abaixo dos 30%. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o ideal é que fique entre 50% e 60%.

A pneumologista Nathalia da Costa Sousa, do Hospital São Camilo, de São Paulo, recomenda algumas medidas. A hidratação é a principal. "Lavar o nariz com soro fisiológico para facilitar a eliminação de secreções e usar umidificador", aponta.

Outro alerta é sobre as doenças respiratórias. Mesmo com o fim do inverno, quem ainda não foi vacinado contra a gripe deve procurar os postos de saúde.

"As pessoas costumam se imunizar no início do outono, por volta de março e abril. Porém, o vírus continua circulando com intensidade até por volta de setembro e, às vezes, até dezembro".

PONTO A PONTO

VEJA DICAS

- Beba bastante água, mesmo se estiver sem sede
- Evite atividades físicas ao ar livre e exposição ao sol das 10h às 17h
- Evite banhos com água quente para não potencializar o ressecamento da pele
- Use umidificadores de ar em casa e no trabalho. Você também pode utilizar bacias de água ou estender toalhas e panos úmidos próximos à cama
- Em caso de problemas respiratórios, procure um posto médico

Não foram poucos os desencontros na intimidade da família real

MANOEL HYGINO
MHYGINO@HOJEEMDIA.COM.BR

GORBACHEV, ELIZABETH II

Praticamente uma semana separou a morte de Mikhail Gorbachev da de Elizabeth II. Ele, falecido em 30 de agosto; ela, em 8 de setembro deste 2022 de tantos e infaustos acontecimentos para seus países e para a humanidade.

Ambos atravessaram décadas de profundas crises e transformações em todo o mundo, enfrentando os desafios impostos pelo tempo, pelos comandantes das mais importantes nações, verdadeiros impérios, que foram o da Rússia e da Grã-Bretanha.

No decorrer do longo percurso como protagonistas nas articulações ou como participantes ou colaboradores relevantes nas negociações que se processavam, souberam portar-se com dignidade e superior discernimento, para que se lograssem as soluções mais convenientes nas horas adversas.

Gorbachev manteve relações complexas com os novos líderes do Kremlin desde sua eleição a presidente da URSS com mandato de cinco anos, mas soube portar-se com a competência que se fazia imprescindível. Apresentou o projeto de reconstrução da economia, a perestroika, e proclamou a glasnost, a abertura do poder. Deu fim à guerra fria, com a derrubada do muro de Berlim, assim como promoveu medidas para pacificar nações poderosas em confronto.

Gorbachev manteve relações complexas com os novos líderes do Kremlin desde sua eleição a presidente da URSS com mandato de cinco anos, mas soube portar-se com a competência que se fazia imprescindível

Rússia, Ucrânia e Bielorrússia constataram que a União Soviética não mais existia e em 25 de dezembro de 1991 deixa a presidência assumida em período já crítico. Fora do poder, tornou-se um dos líderes mais polêmicos de sua geração. Exaltado pelas nações que queriam paz, internamente passou a ser até ridicularizado nas grandes cidades Russas.

Quanto a Elizabeth II, viveu como chefe de Estado as dificuldades e desafios de um mundo que se redesenhava, em meio aos mais preocupantes ensaios da II Grande Guerra. Com a renúncia do tio, que abdicou, e a ascensão do pai, George VI, soube acompanhá-lo e ao povo inglês no conflito que convulsionou o planeta.

Não foram poucos os desencontros na intimidade da família real, mas Elizabeth se sobrepôs com grandeza ao desprestígio do clã, abalada a simpatia pelo affair da princesa Diana, morta em acidente em Paris. Partiu para restauração da popularidade, conseguida pelas décadas de devotamento aos seus misteres como mãe e rainha.

Assumirá agora o rei Charles III, o monarca mais velho do Reino Unido.

* Jornalista, escritor e membro da Academia Mineira de Letras

MARCELO QUEIROZ
mqueiroz@hojeemdia.com.br

GALO NÃO EMBALA

ATLÉTICO AINDA NÃO CONSEGUIU DUAS VITÓRIAS SEGUIDAS DESDE O RETORNO DE CUCA

ANA PAULA MOREIRA
@anapdmoreira

Prestes a completar dez jogos desde que retornou ao Atlético, o técnico Cuca tem um aproveitamento bem abaixo do esperado pela torcida. Em nove partidas com o "novo" treinador, o Galo teve três derrotas, quatro empates e apenas duas vitórias. O rendimento da equipe na terceira passagem de Cuca é de 37%. Bem menor do que a campanha do time nos últimos nove jogos do técnico Turco Mohamed.

Quando deixou o clube, após o empate em 1 a 1 com o Cuiabá, na 18ª rodada do Campeonato Brasileiro, o treinador argentino tinha 66% de aproveitamento nas últimas nove partidas em que comandou o time. Neste período, o Atlético conquistou cinco vitórias, três empates e teve somente uma derrota. No entanto, ele vinha sendo bastante criticado pelo desempenho da equipe em campo e pela eliminação na Copa do Brasil.

Além do aproveitamento, os números de gols marcados nos nove jogos com cada técnico caíram da época do Turco para Cuca. Foram 11 gols marcados nos últimos nove duelos com Turco, e nove com Cuca. Já os gols sofridos aumentaram de oito para 11. No entanto, a principal diferença está no principal problema que o Galo tem enfrentado recentemente.

Antes, para marcar um gol, o Atlético precisava finalizar 8,9 vezes. Sob o comando de Cuca, os jogadores precisam chutar a gol em 18,6 oportunidades antes de balançar as redes. Para ter a defesa vazada a mesma coisa. Com Turco, o Galo recebia 13,5 finalizações até sofrer um gol. Agora, a equipe precisa levar 6,5 chutes a gol antes de sofrer um gol. Os dados são do Footstats.

Com o Turco, neste período de comparação, o Atlético disputou cinco jogos pelo Brasileiro, dois pela Copa do Brasil e dois pela Libertadores. Com Cuca, foram sete partidas pela competição nacional e os dois das oitavas de final do torneio continental.

Se formos comparar os sete duelos com Cuca pelo Brasileiro com os mesmos sete confrontos do início do primeiro turno, o rendimento também caiu. Com Turco, foram três vitórias, três empates e uma derrota, com aproveitamento de 57%. Com Cuca, o Galo teve duas vitórias, dois empates e três derrotas, e desempenho de 38% contra os mesmos adversários.

Cuca tem 12 partidas restantes para fazer o rendimento da equipe melhorar. O objetivo segue sendo uma vaga na Copa Libertadores do ano que vem. O Galo está em sétimo no Brasileiro, a três pontos do sexto colocado e a cinco do primeiro time do G-4. Até o fim do campeonato, o Atlético encara quatro adversários diretos.

FOTOS PEDRO SOUZA / ATLÉTICO

Cuca comandou o Galo em nove jogos desde que voltou, e time tem aproveitamento de 37%

O rendimento do Galo nas últimas nove partidas do técnico Antonio Turco Mohamed de 66%

CRUZEIRO

UM TÉCNICO PARA FICAR NA HISTÓRIA

ALECSANDER HEINRICK
@alecshms

O Cruzeiro vive um 2022 completamente diferente do que viveu nos anos anteriores. O "ano da reconstrução" começou com a compra da SAF do clube por Ronaldo Fenômeno e a chegada do técnico Paulo Pezzolano, que ajudou a moldar o "Novo Cruzeiro". O treinador elegeu o trabalho em equipe de todos que fazem o Cruzeiro "girar" como um diferencial para um ano tão especial.

"Sempre falei, em todos os times que estive, só se vê dentro de campo os 90 minutos, mas se os 90 não forem bons e isso se repete, quer dizer que falta algo a mais. O futebol é muito mais que os 90 minutos dentro de campo, ou só os treinadores e jogadores. É resultado de todos, dos que fazem a comida, dos que chegam cedo e arrumam tudo, tudo interfere muito na cabeça de quem está trabalhando. Futebol é um jogo em equipe. . Quando está tudo bem fora, a médio/longo prazo, o resultado vai ser bom. Isso é o que conseguimos aqui, uma equipe de trabalho muito além dos 11 jogadores, é o que se vê hoje na Toca e em todo o Cruzeiro", afirmou o treinador.

> Pelo Cruzeiro, Pezzolano já soma 49 jogos, com 30 vitórias, 9 empates e 10 derrotas, cerca de 67% de aproveitamento. Ele será o treinador que vai marcar uma nova era no Cruzeiro, ao recolocar o clube na Série A

Pezzolano não deixou de elogiar também a contribuição da torcida, que ele disse ter visto como mais consciente com o que estava acontecendo com o clube e que abraçou o novo projeto. No entanto, ressaltou que, com o acesso, eles vão ter que fazer ainda mais, pois será um ano mais difícil ainda:

"É mais uma vez trabalho em equipe (com a torcida), hoje o Cruzeiro é forte de verdade. Se conseguirmos mesmo o acesso, mais do que nunca o torcedor vai ter que abraçar, independente do treinador ou dos jogadores em campo, porque vai ser ainda mais difícil do que esse ano. Tem que saber que ano que vem o Cruzeiro não vai jogar pra ser campeão, vai seguir um ano ou dois de construção e isso vai ser o mais difícil, e aí o torcedor vai ter um papel muito mais importante do que esse ano".

Pezzolano falou também sobre o crescimento pessoal que está tendo trabalhando no Brasil com calendário apertado e poucos dias de treino: "Para nós o ano foi complicado, trabalhar pouco no campo e muito o audiovisual, treinos devagar, gosto de trabalhar com intensidade de jogo, mas se joga a cada dois ou três dias, é impossível, então foi diferente e um crescimento muito bom para mim". O treinador, que chegou falando em construir uma família na Raposa, afirmou que sente que já conseguiu esse objetivo.

18 PONTOS

VANTAGEM DO CRUZEIRO PARA O LONDRINA, QUINTO COLOCADO. O ACESSO PARA A SÉRIE A PODE SER CONQUISTADO EM MAIS 2 OU 3 RODADAS

STAFF IMAGES/DIVULGAÇÃO CRUZEIRO

O técnico uruguaio Paulo Pezzolano conta como foi a adaptação ao futebol brasileiro e exaltou a participação de todos: jogadores, comissão técnica, funcionários e também os torcedores